

CADÊ AQUELE MENINO LINDO?




A VIDA E A MORTE DE CHIQUINHO PENTEADO

LUÍS JOSÉ BASSOLI



EDITORA



CADÊ AQUELE MENINO LINDO?

A VIDA E A MORTE DE CHIQUINHO PENTEADO

LUÍS JOSÉ BASSOLI

Texto: © 2025. Luís José Bassoli, todos os direitos reservados.

Projeto Gráfico e Diagramação: **Via d'Idea Estúdio Gráfico.**

Idealização da Capa: **Lavinia Louzada Bassoli**, graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCamp.

Gestão Técnica de Projeto: **William Silva dos Santos**

Revisão gramatical: **Luiz Roberto Wagner**, graduado em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Catanduva (turma de 1970), graduado em Pedagogia pela Faculdade Barão de Mauá de Ribeirão Preto, mestrado e doutorado em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara – Uniara, pós-doutorado em Linguística pela Unesp de Araraquara.

Vera Marta Miguel Sobral, graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva (turma de 1968), professora aposentada da rede pública estadual de São Paulo.

Lívia Nunes da Silva, graduada em Jornalismo pela Unesp de Bauru, foi editora assistente do jornal O Estado de São Paulo e da Revista Época, repórter nos jornais Zero Hora e Gazeta Mercantil, e jornalista na Universidade de Araraquara – Uniara.

Nilton César Morselli, graduado em Jornalismo pela Universidade de Araraquara – Uniara, cursou Comunicação Social-Jornalismo na Escola Superior de Jornalismo, foi diretor de redação do Nosso Jornal de Taquaritinga/SP, é assessor de imprensa da Câmara Municipal de Taquaritinga.

Revisão histórica: **Marco Antônio dos Santos**, especialista em América Latina pela Unesp de Araraquara, professor de História, Diretor-Proprietário dos Colégios Anglo de Jaboticabal e Matão.

Impressão: **Gráfica 5ª Cor.**

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, por meios eletrônicos ou mecânicos, sem a devida autorização por escrito do autor.

Impresso em Taquaritinga, maio de 2025.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Bassoli, Luis José

Cadê aquele menino lindo? : a vida e a morte de Chiquinho Penteado / Luis José Bassoli. -- 1. ed. -- Taquaritinga, SP : E! Editora, 2025.

Bibliografia.

ISBN 978-65-986654-0-1

1. Ação Libertadora Nacional (ALN) - História
2. Ditadura - Brasil - História - 1964-1985
3. Guerrilheiros - Biografia - Brasil I. Título.

25-260827

CDD-920.932242

Índices para catálogo sistemático:

1. Guerrilheiros : Biografia 920.932242
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

CADÊ AQUELE
MENINO LINDO?

A VIDA E A MORTE DE CHIQUINHO PENTEADO

LUÍS JOSÉ BASSOLI

*São tantas lutas inglórias são histórias que a história qual-
quer dia contará*

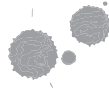
...

*São cruces sem nomes, sem corpos, sem datas Memória
de um tempo onde lutar por seu direito é um defeito que mata*
(Trecho da música “Legião dos Esquecidos”, de Gonzaguinha)

*Garantir que nunca mais haverá presos políticos e torturas
em quartéis depende da consolidação da democracia [...]. Tortura
nunca mais, ditadura nunca mais, mas também luta armada nunca
mais.*

(Alfredo Sirkis, no prefácio à edição de 1998 de “Os carbonários”)

Dedico este livro à Márcia Amaral, José Mauro Gagliardi, Chico Fan, Reinaldinho Morano, Áurea Moretti, Margarida Ramalho, Adriano Diogo e todos que lutaram, em todos os tempos, em todos os lugares e em todas as situações, por um mundo mais justo e igualitário.



Agradecimento

Agradeço minha companheira Patrícia Louzada pela paciência que teve (e tem) comigo nesses anos todos – e por me incentivar a seguir em frente nesse trabalho – e aos meus filhos Lavínia e Ernesto, fontes inesgotáveis de inspiração.

Minha mãe, Maria do Carmo, inigualável; meu pai, José Claudinê, um democrata, que me abriu as portas da percepção; meus irmãos Júnior e Êitel, a segurança de saber que nunca estarei sozinho; suas esposas e meus sobrinhos (e, agora, à minha sobrinha-neta Flora).

Aos camaradas – e são tantos – por se envolverem s neste trabalho; aos saudosos Jefferson “Jeff” de Almeida, a lealdade; ao Neco Pagliuso, meu poeta preferido; e ao João Perroni, “irmão mais velho”, por sugerir caminhos e apontar erros.

Ao Marcão “Professor” dos Santos, pela revisão histórica; aos Professores Luiz Roberto Wagner e Vera Marta Miguel Sobral, pela revisão gramatical; aos jornalistas Lívia Nunes e Nilton Morselli, pelas dicas, correções e sugestões; à Célia Tatanjo, o que seríamos sem sua organização! Ao Washington “Óxito” Patrini por mostrar que nunca havemos de desistir de nossos sonhos; ao mestre Rogério Baptistini Mendes, por

Ensinar que não há limite para o saber.

Ao saudoso Edson “Ed” Gagliardi, por proporcionar o encontro com seu irmão José Mauro Gagliardi (in memoriam), que lutou lado a lado com Chiquinho, sobreviveu para se tornar grande intelectual e se dispôs a me abastecer com informações imprescindíveis; Ao Luiz Eduardo Curti (in memoriam), colega de profissão e companheiro na política, um ícone da esquerda taquaritinguense, a quem estendo os agradecimentos a todos que se dispuseram a falar sobre suas experiências e contatos com Chiquinho – em especial Wilson Jonas Pereira Pinto (in memoriam), testemunha ocular da história de Chiquinho, suas preciosas lembranças foram fundamentais para viabilizar este trabalho.



Sumário

Prefácio	15
Apresentação	19
Homenagem	21
A morte	25
ALN	31
O caso do Restaurante Varella	35
O Golpe de 1964 e suas implicações	43
A resistência	63
Tortura e torturadores	77
Tortura institucionalizada	87
Terror terceirizado	93
Chiquinho	101
Reconhecimento e indenização	113
Referências Bibliográficas	117



Prefácio

Pela memória dos mortos e desaparecidos políticos, ditadura nunca mais!

Adriano Diogo

Geólogo, militante de direitos humanos e do meio ambiente, ex-vereador do Município de São Paulo, ex-deputado estadual de São Paulo, presidiu a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

O jurista e professor de Geopolítica Luís José Bassoli destaca-se por seu comprometimento com a cidadania e a democracia. Natural de Taquaritinga-SP, cidade na qual presidiu a Câmara dos Vereadores em 2015 e 2016, foi fundador e primeiro presidente da Comissão de Direitos Humanos da 75ª Subseção da OAB, da qual foi vice-presidente por duas vezes. Ele faz nesta obra o encontro de sua opção pela democracia e pelos direitos humanos com a sua vocação docente: sem juridiquês, ele ensina como foi a ditadura e trata da oposição da época, inclusive dos grupos clandestinos de esquerda, com foco na Ação Libertadora Nacional (ALN), organização fundada por Carlos Marighella, à qual fui filiado e que ganhou um capítulo próprio. Ele explica como o regime autoritário decepcionou até mesmo alguns dos golpistas:

Muitos que, de boa-fé, apoiaram a “revolução redentora” por estarem convencidos que se tratava de uma forma, ainda que radical, de “afastar o perigo comunista”, não tardaram em se decepcionar. “A esperança virou desilusão”, nas palavras do coronel Dickson Melges Graef, ao se deparar com atos terroristas contra a população civil, praticados pelos mesmos militares que se diziam nacionalistas e que se apresentavam como defensores do povo. Mesmo os que apoiaram por interesses escusos, como o mencionado Carlos Lacerda, e Ademar de Barros (governador de São Paulo), entre outros, também se decepcionam, na medida em que, com o passar do tempo, foram igualmente cassados e perseguidos. (“O golpe de 1964 e suas implicações”).

A ditadura institucionalizou a tortura, que ocorria “nas dependências do Estado, nos níveis federal e estadual, civil e militar,

e até em instalações privadas”. Nesta última categoria, acrescento, podemos incluir centros clandestinos como a Casa da Morte em Petrópolis, de cuja existência só sabemos porque dela saiu uma sobrevivente: Inês Etienne Romeu (1942-2015), militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que, condenada à prisão perpétua depois de meses de torturas, só foi libertada com a Lei de Anistia.

Bassoli destaca entre os torturadores desse período o delegado paulista Sérgio Fernando Paranhos Fleury e o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, que me torturou no DOI-Codi em 1973 e, no mesmo ano, matou por meio de sevícias meu colega da faculdade de Geologia da USP, Alexandre Vannucchi Leme. No campo da legitimação jurídica da ditadura, ele ressalta Alfredo Buzaid, que foi Ministro da Justiça de Médici, e seu chefe de gabinete, Leonardo Grecco.

O autor trata das torturas contras as mulheres, outra prática bestial da ditadura: um dos exemplos foi o da Madre Maurina Borges da Silveira, que acabou sendo banida do país depois de libertada com outros presos políticos em troca do cônsul do Japão em 1970.

Bassoli menciona a hipótese de Juscelino Kubitschek ter sido assassinado pela ditadura militar. Quando presidi a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, o GT JK¹ reuniu em 2015 quinhentas páginas de evidências, inclusive correspondência da Operação Condor, de que o ex-presidente foi assassinado em um acidente forjado pelos militares. Elas podem ser lidas no tomo IV do Relatório da Comissão.² Felizmente, o governo federal decidiu pela reabertura das investigações em 2025.

A ditadura praticava atos de terror tanto por meio de seus órgãos e agentes de informação, vigilância e repressão, quanto pelos grupos da extrema-direita, que não eram investigados ou punidos. Bassoli explica-os e denomina-os, com ironia, de “terror terceirizado”.

O livro de Bassoli tem um ponto de vista local, o que é muito importante: precisamos de narrativas sobre a ditadura que mos-

¹Formado pelos pesquisadores André Wallace Simonsen, Bruna Karina Cassarotti Brasil, Clara Laura Rodrigues da Silva, Fabrício Augusto de Sousa Nascimento, Felipe Brandão Ribeiro, Gabriella de Alarcón Guimarães, Geovana Pedrozo da Silva, Giuliano Cardoso Salvarani, Guilherme Augusto Ramos Alves, Hanna Manente Nunes, Karina Rodrigues Camargo, Lea Vidigal Medeiros, Lucas Bueno Marinho de Moura, Lucas Gianini Cartocci, Marco Aurélio Cezarino Braga, Marina Carvalho Marcelli Ruzzi, Matheus Zuliane Falcão, Mateus Maia de Souza, Raquel Requena Rachid, Regina Estela Correa Vieira, Renan Honório Quinalha, Roberta Costa Haddad, Rodrigo Blanco Galvão e Victor Takamori Maruyama Monteiro.

²Disponível em <https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-iv/>.

trem como ela agiu fora dos grandes centros. O ponto de referência do autor é Taquaritinga: nessa cidade, nasceu Francisco Emanuel Penteado, o Chiquinho. Integrante da ALN, foi executado pela repressão em 1973. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos decidiu pela indenização aos familiares em 1995, tendo em vista a responsabilidade do Estado pela execução extrajudicial.

O livro tem como norte a explicação deste caso. Chiquinho foi assassinado com outros dois militantes da ALN: Arnaldo Cardoso Rocha e Francisco Seiko Okama.

Na falsa versão oficial, que a grande imprensa divulgou, teria havido um tiroteio. No entanto, eles foram executados.

Na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, realizamos audiência sobre o caso deles nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2014. Com base em documentos e testemunhos, desmentimos a farsa armada pela repressão:

Francisco Penteado recebeu três tiros, um com entrada no “ramo ascendente direito da mandíbula, saiu na face lateral do pescoço, tornou a entrar na altura do músculo trapézio e saiu na região escapular direita”, certamente desferido de cima para baixo; outro com entrada na “altura do manúbrio esternal e saída na porção média da região dorsal na mesma altura” e o terceiro com “orifício de entrada na altura do terço interno da clavícula esquerda e saída na região escapular esquerda” (Direito à memória e à verdade, 2007; Dossiê Ditadura, 2009). Não foi realizada perícia de local, apesar da referência a um intenso tiroteio, e não foram localizadas fotos dos corpos dos militantes.³

Chiquinho é o grande homenageado deste livro. Neste momento, a cultura brasileira retoma as histórias dos mortos e desaparecidos políticos, inclusive no cinema, que conquistou o primeiro Oscar com “Ainda estou aqui”, filme de Walter Salles sobre Eunice Paiva e a busca de seu marido, Rubens Paiva, um dos desaparecidos da ditadura.

Esta obra de Luís José Bassoli vem somar-se a estes esforços da sociedade brasileira por memória, verdade e justiça.

³Disponível em:
<https://comissoadaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/francisco-emanuel-penteado>.



Apresentação

Era criança quando tive os primeiros contatos com as histórias de jovens taquaritinguenses que se levantaram contra a ditadura militar iniciada em 1964. Na adolescência, no final dos anos 1980, comecei admirar a coragem desses rapazes e moças que deixaram Taquaritinga rumo à Capital para enfrentar a fúria dos generais e lutar por liberdade e democracia. Passei a me interessar pela vibrante história de Francisco Emanuel Penteado, o Chiquinho, em meados dos anos 1990, quando estudava Direito na Universidade Mackenzie, em São Paulo.

Vários fatores me levaram a nutrir uma simpatia ímpar, uma identificação pessoal, com Chiquinho: éramos taquaritinguenses, jovens, se dizia, na época, que havia se matriculado no Mackenzie pouco antes de ser assassinado, e tínhamos uma visão política parecida, de “esquerda”. O que nos diferenciava era o momento histórico: enquanto ele viveu (e morreu) sob um terrível Estado de exceção, com a morte sempre à espreita, eu gozava os primeiros anos de democracia.

Naqueles anos de chumbo das décadas de 1960-70, a atuação político-partidária era restrita – e o caminho radical da resistência armada uma opção a ser considerada para restabelecer o Estado Democrático de Direito. Eram tempos de heróis, Che, Mao Tse, Lamarca, Marighela. Tempos de enfrentamentos, socialismo/capitalismo, direita/esquerda, vanguarda/conservadorismo. Tempos em que lutar por seu direito matava!

Já no meu tempo, vivíamos os primeiros anos do revigoreamento do processo democrático, iniciado em 1989. Não havia mais necessidade de se pegar em armas, saímos às ruas, pacificamente, com a “cara pintada”, a exigir o impeachment de Fernando Collor de Melo e empunhar a bandeira da ética na política. Podíamos nos filiar ou associar a qualquer partido e organização, fazer reuniões públicas, distribuir manifestos, falar, cantar, sem sermos incomodados! Quantos panfletos entreguei aos PMs que nos “protegiam” nos comícios, sem provocação! (Você podia tomar uns sopapos dos hÔmi por outros “deslizes”, mas não mais pela orientação política). Nas duas épocas, os estudantes estiveram na vanguarda – a UNE, que enfrentou a ditadura, renasceu nos protestos contra Collor e segue atuante.

Desde a década de 1990 venho acumulando material e buscando informações sobre a saga de Chiquinho. Li – e reli – livros, revistas, artigos e resenhas; vasculhei documentos antigos; pesquisei arquivos oficiais; consultei especialistas (professores e advogados); acessei a internet; assisti a filmes e documentários; conversei com familiares, amigos e companheiros do valente taquaritinguense para, afinal, compilar o extenso assunto neste singelo trabalho.

“Falar do Chiquinho, é falar da ALN”, foi a primeira frase que ouvi do meu mais novo melhor amigo, Zé Mauro. Desconfiei e passei a me dedicar, também, ao próprio Zé Mauro. E encontrei, lá – presente e claro –, entre a sensacional história da ALN e da determinação (disciplina? Coragem? Honra?) dos obstinados idealistas, os meninos de Taquaritinga. O sobrinho da Cotinha e o filho da dona Pierina. O Chico e o Zé. À imagem de nós todos, nascidos na maternidade Zilda Salvagni, pelas mãos dos doutores José Furiati, Aimone Salerno, Paulo Zuppani, Fued, Guido. Que moramos logo ali, perto daquela loja, ao lado da padaria, do mercadinho, no Far West ou no Bom Retiro, que estudamos no Domingues, 9 de Julho, Amando, enfim.

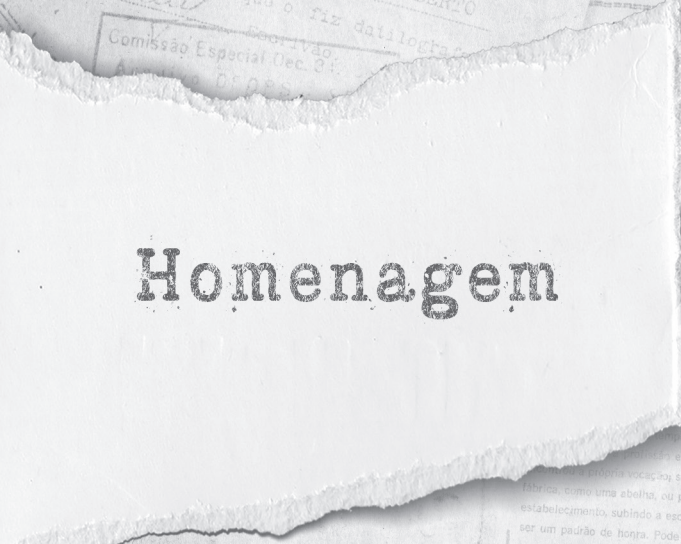
Deixo claro que não proferi nenhum juízo de valor, subjetivo, sobre a guerrilha armada. Preocupei-me em não “defendê-la” como se fosse um “ideal” e tampouco em “condená-la” como se fosse um “crime”. Pegar em armas era, sim, uma opção radical, mas compreensível. Havia argumentos técnicos, jurídicos, éticos e morais para sustentar a existência, na época, de um “estado de guerra”: a democracia fora atacada, era imperativo reagir! A questão era “de que forma”.

Esclareço, por fim, que não tive a pretensão de criar um livro de História Contemporânea. Por isso, não respeitei as rígidas amarras das normas acadêmicas; as notas de rodapé, por exemplo, não seguem os preceitos formais, servem para facilitar a leitura e indicar ao leitor aonde ir se quiser se aprofundar no assunto.

Trata-se de um relato, informativo, de linguagem simples, quase jornalística. E, acima de tudo, uma homenagem, uma contribuição para resgatar – e manter viva – a memória de Chiquinho Penteadado, o garoto de Taquaritinga que deu a vida pela mais justa das causas: a Liberdade.

Estado de São Paulo,
 M. A. N. D. A.
 Diretor do D.O.P.S.
 Sendo-lhe este apresentado, indo por mim assinado,
 recolhida prisão competente -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x- ou
 Francisco Emanuel Perceido e de Nadir Perceira
 Correios Penteados e de Nadir Perceira
 Juízo decretado sua prisão preventiva com
 seus seguintes do CPPM, ref. ao Proc. 100/72.
 Dado e passado nesta cidade e Capital do
 de 19 72 aos 23 dias
 do Escrivão, que o fiz datilografar
 Comissão Especial Dec. 31

no 023/72 - SNI, consta
 60" (Movimento de
 em O. da, Curso de
 A.L.N.
 nº 12/73-DISESP, consta que
 MANDADO DE PRISÃO contra o nome
 de Gazeta de Povo, consta que a
 de segurança de São Paulo, juntamente
 Arnaldo Guedes da Rocha e Francisca Se
 antecessas à A.L.N. v/p recorte de jornal.
 No inquérito que apurou as atividades da
 e MOLIPO, o nome do fichado figura as fôl
 266, 315 e 364, com o indicio. V/p A.L.
 MOLIPO. - DOPS/SP. -
 Conf. Jornal do Brasil de 23/03/78 o fichado
 data no dia 15/03/78. (V/P-Dia Nacional do P



Homenagem

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 DEPENDÊNCIA DELEGACIA ESPEC. DE ORDEN SOCIAL
 Documentos de identidade com a foto de FRANCISCO EMAN
 TEADO, com o nomê falso de "Wagner Peleico de Souza",
 ele utilizados.-

PROFISSIONAL

mais trabalho que de
 profissional é um do
 do trabalhador.
 e de habilitação
 esta também título ori
 inserção sindical a,
 do contrato individual

que recebe, confi
 com a examiner, logo
 pagamento aquietado ou
 e escolhida ou ainda não
 a fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo
 estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode
 ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

(a) Alexandre Marcondes Filho

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
 DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

005399

Políglio Direto

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 DEPENDÊNCIA DELEGACIA ESPEC. DE ORDEN SOCIAL -
 identidade com a foto de FRANCISCO EMANUEL PER
 falso de "Paulo Roberto Siqueira", por ele =

10 - GERAL

Mortos ontem na Penha três

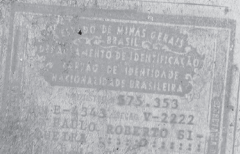
chefe de grupo antes do
 do movimento
 Francisco Emanuel Perceido
 do assassinato do grupo de
 Uca Almeida da A.L.N. p
 catenado por Francisco
 de São Carlos, mas
 de crime
 mandante passivo
 no ex-procurador
 nasões do Brasil
 e Henrique de Sá
 de identidade
 de Paulo
 de Paulo
 de Paulo

De terríveis mortes in
 tado de ontem, em
 do Cardoso de São
 Presidência do
 Nacional de

acaram de suas armas,
 incluindo-se entre os
 tido, portanto, todos os
 tido e ainda feridos e
 seguiu-se a morte
 uma câmara de morte
 apreensão quando Ro
 agência quando Ro
 entropio, que passou a
 O policial se en
 contra, logo de prisão
 quando a morte ocorri
 da, foi transportada
 da reitoria, portavam
 dois corpos. Os do
 uma criança. Os do
 cado, porém, de do me
 um tipo de enxada
 a morte de João
 de morte. Quando

LIBERTADORES NACIO
 MORTOS

Contro, por via
 e a morte de João
 de morte de João



Lei Municipal n.o 2.228/90

Na Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Taquaritinga, realizada em 1º de agosto de 1990, os vereadores José Maurício Scardoelli e Antônio Fernando de Almeida “Ico” Curti, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), propuseram, no Autógrafo n.º 2.310, que alguma “Praça” da cidade recebesse o nome do “saudoso Taquaritinguense FRANCISCO EMANUEL PENTEADO (conhecido carinhosamente como “Chiquinho Penteado)”. A solicitação foi aprovada e “aplaudida”, por unanimidade.¹

No dia 10 de agosto, o presidente da Câmara, Wilson Abdalla Manzur Zaquia, subscreveu e enviou o Ofício n.º 564/90 ao prefeito municipal Milton Arruda de Paula Eduardo, instando-o a promover a homenagem, no intuito de ser “perpetuada a memória deste digno Taquaritinguense através da denominação de uma Praça Pública local”.

No texto do documento, um resumo da história do homenageado, as origens familiares, o passado estudantil em Taquaritinga e a heróica trajetória na resistência ao golpe de Estado de 1964, como membro da ALN² em São Paulo. Consta, também, que Chiquinho foi “covardemente assassinado a mando da Ditadura Militar, na época de maior repressão política que o País atravessou”. Apresenta, ainda, uma reverência: “morreu em defesa da liberdade, defendendo os ideais de justiça e democracia”.

Em 04 de setembro, o prefeito promulga a Lei n.º 2.228/90, que determina que a via pública “Avenida A”, localizada no loteamento Vale do Sol, passe a ser denominada “AVENIDA FRANCISCO EMANUEL PENTEADO”. Dispõe, por fim, que na placa indicativa conste a inscrição “HUMANISTA SÍMBOLO DA LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA”.³

A Lei foi subscrita pelo prefeito e pela diretora de Secretaria da prefeitura, Vera Lúcia Gibertoni Boschini, entrando em vigor na data de sua publicação. Em 06 de setembro, o prefeito envia um Ofício Especial à “Família Penteado”, informando e congratulando pela honraria.

A despeito de a solicitação original versar pela denominação de uma “praça pública”, a opção pela via situada no Vale do Sol se mostrou igualmente oportuna, se trata de um bairro reconhecida-mente “popular”, habitado por famílias simples, por trabalhadores

¹ Arquivo da Câmara Municipal de Taquaritinga.

² Ver capítulo “ALN”.

³ Arquivo da Prefeitura Municipal de Taquaritinga.

e trabalhadoras, exatamente os mesmos por quem Chiquinho lutou e deu sua vida.

Uma justíssima homenagem da municipalidade, que contribui não só para eternizar a memória do valente militante, como também, e principalmente, para que não esqueçamos que a democracia é um valor inegociável.

Os restos mortais de Chiquinho foram trasladados do Cemitério Gethsêmani, em São Paulo, para o Cemitério de Taquaritinga em 29 de outubro de 2005. Sobre sua lápide lê-se a frase: “*CHIQUINHO. MÁRTIR. TOMBOU LUTANDO PELO IDEAL DE UM MUNDO SEM RICOS NEM POBRES, DE PAZ, AMOR E FRATERNIDADE*”.⁴

Que o legado de Chiquinho faça com que as gerações futuras não permitam, de forma alguma, que a intolerância e a violência se imponham sobre o Estado Democrático de Direito.

⁴ Jazigo da Família Olympio Pereira Pinto, Quadra 05, Rua 01.

Estado de São Paulo,
 M. A. N. D. A.
 Diretor do D.O.P.S.
 Sendo-lhe este apresentado, indo por mim assinado,
 recolhida a prisão competente, -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X- ou
 Francisco Emmanuel Perceido e de Nadir Perceida
 -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-
 Juízo decretado sua prisão preventiva com
 seus seguintes do CPPM, ref. ao Proc. 100/72.
 Dado e passado em
 Sala 2.a Auditoria

Nº 023/72 - SNI, com data
 10/11/72 (Movimento de Morte)
 em Cuba, Curso de
 S.N.
 nº 12/73-CEESP, consta que
 MANDADO DE PRISÃO contra o nome
 de Gazeta de Povo, juntamente
 de Segurança de São Paulo, Juntamente
 Arnaldo Guedes da Rocha e Francisca Se
 pertencentes à A.L.N. v/p recorte de jornais.
 No inquérito que apurou as atividades de
 e MOLIPO, o nome do fichado figura as fóli
 266, 315 e 364, como indicado. V/p A.L.
 MOLIPO. - DOPS/SP. -
 Conf. Jornal de Brasil de 29/03/78 e fichado
 data no dia 15/03/78. (V/P-dia Nacional de P

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Comissão Especial
 Arquivo D.O.P.S.
 Câmara C.A.C.
 Juiz Audi

A morte

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA
 FRANCISCO EMANUEL PERCEIDO
 17/07/72
 Prisão Preventiva - N.º 100/72
 Data do Nascimento 29.12.32
 Natural de Guaratinguetá-SP
 Profissão

interessando, a carteira profissional é um do
 cumento indispensável à proteção do trabalhador.
 Elemento de qualificação civil e de habilitação
 profissional, a carteira representa também título ori
 ginário para a colocação, para a inscrição sindical e,
 ainda, um instrumento prático do contrato individual
 de trabalho.
 A carteira, pelos lançamentos que recebe, confi
 gura a história de uma vida. Quem a examinar, logo
 verá se o portador é um temperamento aquietado ou
 versátil, se ama a proficácia escolhida ou ainda não
 encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em
 fábrica, como uma abelha, ou permaneceu na mesmo
 estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode
 ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.
 (a) Alexandre Marcondes Filho

DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
 DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Polegar Direito



095.039

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 DEPENDÊNCIA DELEGACIA ESPEC. DE ORDEM SOCIAL -
 identidade com a foto de FRANCISCO EMANUEL PER
 ceido sob o nome de "Paulo Roberto Siqueira", por ele =

10 - GERAL

Mortos ontem na Penha três

Um grupo de presos
 do cárcere de
 Penha, em São Paulo,
 morreu ontem.
 O grupo era formado
 por três presos.
 Os mortos foram
 identificados como
 sendo de São Paulo.
 O grupo estava
 sendo levado para
 o cárcere de
 Penha, quando
 ocorreu o acidente.
 Os mortos foram
 encontrados no
 chão do cárcere.
 O grupo estava
 sendo levado para
 o cárcere de
 Penha, quando
 ocorreu o acidente.
 Os mortos foram
 encontrados no
 chão do cárcere.
 O grupo estava
 sendo levado para
 o cárcere de
 Penha, quando
 ocorreu o acidente.
 Os mortos foram
 encontrados no
 chão do cárcere.

SECRETARIA DE MINAS GERAIS
 DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL
 Nº 375.353
 Nº 2543
 PAULO ROBERTO SIQUEIRA

Como todo extermínio praticado pelos órgãos da repressão, o assassinato de Chiquinho Penteado é envolto em dúvidas.

È certo que a versão oficial, apresentada na época, é totalmente inverídica. Os documentos militares nem se preocupavam em disfarçar as fraudes, os responsáveis pelas execuções se sentiam seguros, pois contavam não só com a complacência como com o incentivo de seus superiores. Lembremos que o País estava sob a “presidência” de Emílio Garrastazu Médici, o pior dos tiranos, responsável pela mais tenebrosa e violenta etapa de todo o período militar, a “era das trevas”, os verdadeiros “anos de chumbo” – assassinos e torturadores agiam à vontade, sem prestar contas e sem se preocupar com eventuais consequências.

Relatórios da Aeronáutica e da Marinha difundiram, a princípio, que Chiquinho “faleceu em 15 de março de 1973, em tiroteio com agentes dos órgãos de segurança no bairro da Penha, São Paulo”, junto com dois companheiros, Arnaldo Cardoso Rocha e Francisco Seiko Okama.¹ Constou, ainda, que portavam armas e uma bomba de fabricação caseira, o que nunca foi comprovado.

Não podemos esquecer que o governo controlava a informação. A censura imperava, muitos meios de comunicação foram cooptados pela ditadura – outros aderiram livremente e passaram a funcionar como “porta vozes” dos generais. A opinião pública tinha dificuldade para compreender a gravidade da situação e perceber a brutalidade do regime.

Chiquinho e seus colegas foram descritos como “terroristas”, acusados de participarem do homicídio do comerciante português Manuel Henrique de Oliveira, dono do Restaurante Varella, na Mooca, que, por sua vez, era acusado de delator pela resistência, responsabilizado pela morte de membros da ALN, organização à qual Chiquinho era ligado, entre eles Marcos Nonato da Fonseca.²

Jamais foi provada a relação dos três rapazes com a morte do comerciante.³

A versão apresentada logo após as mortes dizia que, no dia 15 de março de 1973, os três estavam conversando em frente ao número 247 da rua Caqueto, no bairro da Penha, em São Paulo, quando foram avistados por agentes da ditadura. Chiquinho e

¹ *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 - CEPE - Companhia Editora de Pernambuco / Governo do Estado de Pernambuco - 1995.*

² <http://www.torturanuncamais-rj.org.br>

³ Ver capítulo “Caso Restaurante Varella”.

Francisco Okama teriam iniciado um “tiroteio” e morridos no local. Arnaldo Rocha empreendera fuga pela rua Lauro Vergueiro, onde teria encontrado com outra patrulha, com a qual também teria “trocado tiros” antes de ser alvejado e morto.⁴

O laudo de exame de corpo de delito, assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão, descreve que Chiquinho levou três tiros: “na mandíbula direita, saindo pelo pescoço, tornando a entrar no músculo trapézio, saindo na região escapular; na altura manúbrio esternal, saindo na região dorsal; na altura do terço interno da clavícula esquerda pela região escapular esquerda” – além de “escoriações na região frontal, supercílio esquerdo e pálpebra esquerda”⁵

Duvida-se da precisão do laudo, certamente incompleto para mascarar os sinais de tortura – mesmo assim, concluiu que o primeiro tiro foi disparado de “cima para baixo”, característica clássica de execução, que põe por terra a estória dos militares de que teria ocorrido um “tiroteio”.

A versão terminativa – esta sim oficial –, aceita hoje, estabelecida pela Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos da Esplanada dos Ministérios⁶, esclarece que Chiquinho e seus colegas foram “executados”, sem oportunidade de defesa, pelos agentes da repressão que os estavam perseguindo.

Os executores teriam contado com informações de um traidor, infiltrado na ALN a serviço dos militares, chamado João Henrique Ferreira de Carvalho, conhecido como Jair pela resistência e como Jota pela repressão – suas delações contribuíram decisivamente para a morte de cerca de vinte jovens, quase todos sob tortura.⁷

Apurou-se, igualmente, que os três não foram encaminhados diretamente ao Instituto Médico Legal (IML), e sim levados, antes, ao DOI-Codi⁸, o que “só se justifica se estivessem todos, os dois ou um deles, vivos ainda para interrogatório”.⁹ Décadas depois,

⁴ *Dos Filhos deste Solo* – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.

⁵ *Idem*.

⁶ Lei n.º 9.140/95.

⁷ *Dos Filhos deste Solo* – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.

⁸ *Departamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna: órgão repressor onde ocorriam prisões e torturas, submetido ao Exército.*

⁹ *Parcer de Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, relator do caso na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos da Esplanada dos Ministérios.*

em 1998, Amílcar Baiardi, na época militante da VAR-Palmares¹⁰ e que estava preso na Oban¹¹ no dia dos fatos, testemunhou ter visto pelo menos duas pessoas chegarem vivas (e machucadas), reconhecendo uma delas como sendo Francisco Okama.¹²

A família também acredita que Chiquinho foi capturado com vida e morto sob tortura. Benedito Nestor Penteado, seu tio (irmão do pai dele), e seu primo Wilson Jonas Pereira Pinto (filho do irmão da mãe de Chiquinho), foram os primeiros a vê-lo morto, chamados para reconhecer o corpo no IML de São Paulo.

Benedito, que na época era promotor de Justiça, não conteve a emoção ao me narrar a cena: Chiquinho apresentava sinais claros de ter sido capturado com vida e submetido à tortura, os pulsos e tornozelos traziam marcas que evidenciavam ter sido amarrado, o rosto estava desfigurado por agressões – e um furo de bala na testa denunciava o “tiro de misericórdia”, disparado à queima roupa.

Essa realidade contrasta com o laudo necroscópico subscrito pelos legistas Isaac Abramovitch e Orlando Brandão.

O martírio de Chiquinho foi o episódio final de sua história de luta pela liberdade – e a confirmação de seu heroísmo.

¹⁰ Ver capítulo “A Resistência”.

¹¹ Operação Bandeirantes: um dos órgãos de repressão mais violentos da ditadura, vinculada ao II Exército de São Paulo, criada em 1969. Calcula-se que passaram pela Oban mais de 10.000 pessoas.

¹² *Dos Filhos deste Solo* – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.

Ação Libertadora Nacional (ALN) foi a mais expressiva organização de guerrilha urbana que atuou nos piores momentos dos “anos de chumbo” (1968 a 1973). Tinha como líder histórico o ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Carlos Marighella.

Em 1967 houve uma cisão no PCB, Marighella se desligou da Comissão Executiva (foi expulso do partido), o que fez com que o Comitê Estadual paulista rompesse com a direção nacional e formasse o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC-SP). Aos poucos, a dissidência se espalhou por vários estados dando início à ALN.

Marighella tinha estado em Havana, Cuba, de onde passou a planejar uma ação revolucionária continental.¹ “A ação faz a vanguarda” foi o lema adotado pela organização, que nasce sem uma estrutura orgânica detalhada, apoiada na autonomia dos grupos armados, principalmente de São Paulo.² Marighella visava criar o Exército de Libertação Nacional para agir também na zona rural e, para isso, articula ações armadas urbanas com o intuito de obter os recursos necessários para viabilizar a empreitada. A ALN desencadeou atividades de sucesso nas cidades, porém, a sonhada guerrilha rural jamais aconteceu.

Junto com o MR-8³, a ALN alcançou notoriedade dentro e fora do Brasil pelo bem sucedido sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick em setembro de 1969.

Elbrick foi libertado em troca de 15 prisioneiros políticos e da leitura de um manifesto, na televisão, que criticava a violência dos ditadores. Esse episódio ficou imortalizado no filme “O que é isso, companheiro?”, de Bruno Barreto, baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira, que concorreu ao Oscar de melhor filme estrangeiro de 1997. Aliás, o livro, narrado em primeira pessoa (o autor foi um dos protagonistas da história real), revelou-se estrondoso sucesso, com mais de 250 mil exemplares vendidos.

A ALN também participou, desta vez ao lado da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)⁴, do (igualmente bem sucedido) sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, solto com a libertação de 40 presos políticos. Essa aventura foi narrada, com maestria, em outro best seller, “Os carbonários”, de autoria

¹ *Projeto Brasil: Nunca Mais* – Editora Vozes – Petrópolis/RJ – 1988.

² *Dos Filhos deste Solo* – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.

³ Ver capítulo “A Resistência”.

⁴ *Idem*.

do então militante da VPR, Alfredo Sirkis, que não só sobreviveu para eternizar a história como ajudou a fundar o Partido Verde (1986), pelo qual se elegeu vereador no Rio anos depois, quando criou a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

A imensa repercussão dos casos – que levaram os militares a se curvar às exigências dos resistentes – fez com a ALN fosse perseguida com extrema ferocidade pela repressão, culminando na morte de seus líderes, inclusive Carlos Marighella, assassinado no Dops⁵ de São Paulo em novembro de 1969.

Mesmo sem o grande líder, a ALN permaneceu atuante, com o aparato repressivo em seu calcanhar, que, cada vez mais, se empenhava em caçar, literalmente, os integrantes da organização, exterminando ou desaparecendo com 48 pessoas.

Dentre as vítimas, estava Francisco Emanuel Penteadó, o nosso Chiquinho.

⁵ *Departamento de Ordem Política e Social - setor de inteligência da Polícia Civil incumbido de perseguir os adversários do regime militar.*

A quarta-feira, 14 de junho de 1972, seria um dia decisivo para o futuro da ALN. Os militantes Antônio Carlos Bicalho Lana, Ana Maria Nacinovic Corrêa e Marcos Nonato da Fonseca marcaram uma reunião com Iuri Xavier Pereira, na hora do almoço, para tratar de assuntos diversos.

A situação era das piores, a repressão estava no auge, a perseguição, a tortura e a morte se espalhavam pelos quartéis do Brasil inteiro – a organização sabia disso e não escondia que seus membros estavam expostos, exigia-se muita versatilidade para fugir ao cerco. Na busca de discrição, escolheram, inadvertidamente, um “pacato restaurante” na rua Antunes Maciel, na Mooca, chamado “Varella”.

Acontece que o proprietário do estabelecimento, o português Manoel Henrique de Oliveira, era alcaguete da repressão. Não demorou em reconhecer Ana Maria e ligar para o DOI-Codi, sediado na Rua Tutóia, no bairro Paraíso, não muito longe dali. Em minutos, dois agentes entraram no restaurante, reconheceram os presentes, investigaram o carro que usavam (um Fusca) e montaram a armadilha.

Findo o almoço, no momento em que abria a porta do fuscão, Antônio Carlos foi atingido por uma rajada. Ferido, conseguiu pegar uma metralhadora que trazia no carro e saiu disparando de volta, para se defender. Marcos, Ana Maria e Iuri não sobreviveram. Antônio Carlos, então, empreendeu uma fuga espetacular, interceptou um carro que passava por ali, retirou o motorista e arrancou em velocidade, sob tiros dos policiais. Trocou de automóvel no bairro do Ipiranga e rumou a um refúgio, onde foi medicado - as balas, todas no lado direito do corpo, foram retiradas.

A fuga deixou os agentes ainda mais nervosos e agressivos. Conta-se que a cena que se seguiu foi uma inominável “selvageria”: davam coronhadas, jogavam os corpos para todos os lados, Ana Maria, ainda viva, foi metralhada à queima-roupa. Em seguida, os corpos foram levados ao IML. Os tiros dos policiais atingiram uma criança e um transeunte.¹ (Antônio Carlos acabaria assassinado no final de 1973, junto sua companheira, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, sob tortura).

O governo imediatamente pôs sua máquina de informação para difundir a versão oficial, que, mais tarde, foi desmascarada. A repressão negou que os militantes foram delatados pelo dono do

¹ <http://lutaarmadabrasil.blogspot.com>

restaurante, dizia que seus agentes os seguiram até o local, onde deram voz de prisão, momento em que reagiram e desencadearam o tiroteio. Ao final, “três terroristas estavam mortos e um conseguiu fugir”.²

Os militares, no entanto, cometeram um erro ao mencionar a presença de outro militante na perseguição, chamado José Pereira da Silva. Só que José Pereira estava preso há algum tempo, o que ajudou a desmoronar a falsa versão oficial.

Confirmadas as mortes, militantes da ALN foram ao restaurante para investigar os fatos, pois não acreditavam que os agentes tivessem encontrado os camaradas sem a ajuda de um terceiro, muito provavelmente um delator ou infiltrado. Lá, ouviram o proprietário se “vangloriar” de sua atitude, confessar ter reconhecido Ana Maria pela foto de um cartaz (na época, a repressão espalhava cartazes com fotos dos “procurados”) e telefonado ao quartel da rua Tutóia.

Em 21 de fevereiro de 1973, Manoel Henrique foi morto dentro do restaurante e seu corpo encontrado coberto de panfletos da ALN. Atribuiu-se o “justiciamento” ao “Comando Aurora Maria do Nascimento Furtado”, formado por três membros da ALN.

O nome é em homenagem à companheira, assassinada, sob tortura em novembro ano anterior.

Em 12 de abril de 1973, o diretor geral do DOPS/SP recebe comunicado dos militares para apurar a autoria do assassinato do comerciante português. O Exército dizia que o Comando era constituído por Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emanuel Penteadó, Francisco Seiko Okama (o trio assassinado na rua Caquito), além de Ronaldo Mouth Queiroz, que seria o encarregado da missão (Ronaldo acabou fuzilado em 06 de abril de 1973, em um ponto de ônibus na avenida Angélica, em São Paulo).³ Acusaram também que os panfletos jogados sobre o corpo do comerciante teriam sido impressos no Centro de Orientação Estudantil da USP, por intervenção do militante Paulo Frateschi.⁴ O inquérito apontava ainda a apreensão de um revólver e algumas cápsulas deflagradas numa casa onde Chiquinho supostamente se abrigava, no bairro da Penha, em São Paulo.

² *Versão de Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel reformado do Exército, comandante do DOI/Codi entre 1970 e 1974, um dos mais cruéis torturadores do período da ditadura (<http://www.averdadesyfocada.com>).*

³ *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 – CEPE – Companhia Editora de Pernambuco / Governo do Estado de Pernambuco – 1995.*

⁴ *Versão de Carlos Alberto Brilhante Ustra.*

Na verdade, esses inquéritos militares serviam apenas para a repressão “dar um ar de legalidade” às suas ações ilegais. A parcialidade da “investigação” a descaracteriza como elemento probatório, não havia credibilidade, transparência e nem precisão, tratava-se de adaptar as versões aos fatos, uma mera “ficcção jurídica”. Nesse sentido, o inquérito também passou a apontar outro jovem militante da ALN, Luís José Cunha (assassinado na avenida Santo Amaro, em São Paulo, em 13 de julho de 1973) como mais um suspeito da morte de Manoel Henrique.⁵

Essa acusação nunca foi comprovada. Ainda assim, não me furtarei de emitir uma opinião clara sobre o assunto.

Eram, sim, tempos de “guerra”. Nessa guerra, havia o lado certo e o lado errado. Os militares de então estavam do lado errado, foram eles que deflagraram o conflito ao romperem a legalidade derrubando, com violência, um presidente constitucional, eleito democraticamente. Foram eles, os militares da época, que suspenderam os direitos civis, impuseram a tortura, partiram para a perseguição, levaram ao exílio, disseminaram a morte.

Ao optarem pela resistência armada, as entidades como a ALN de Chiquinho Penteado radicalizaram, porém, em absoluto, podem ser acusadas de “terroristas” ou de “foras da lei”.

Não é exagero sustentar que se equiparavam, por exemplo, à Resistência Francesa contra a invasão alemã ou aos Partisans italianos contrários ao fascismo na Segunda Guerra – ninguém, em sã consciência, pode acusar tais franceses e italianos de “terroristas” por combaterem as tropas de Hitler e Mussolini com sabotagens, ações armadas e, inevitavelmente, mortes. Era tênue – quiçá inexistente – a linha que separava Médiçi de Hitler ou Mussolini...

Assim, a hipótese (nunca provada) de Chiquinho ter participado do “Comando Aurora Maria do Nascimento Furtado” não seria motivo de repúdio. Um delator em atividade é a certeza de muitas mortes e torturas – por isso, tem que ser detido o quanto antes. Por analogia, é aceitável a “execução” de um “traidor” em tempos de guerra, decisão que, em última instância, tem amparo até na Constituição Federal.⁶

A guerra estava em curso, ainda que não “declarada”, daí o uso da analogia para situar, historicamente, como legítimas algu-

⁵ *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* – Janaína Teles (org.) – Editora Humanitas / USP – São Paulo – 2000.

⁶ Art. 5.º, inciso XLVII, letra a, da CF: “Não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX”.

mas ações fatais da resistência armada no Brasil a partir de 1964, especificamente quando não havia outra forma de evitar novas prisões, torturas e mortes.

De outro lado, as prisões arbitrárias e, notadamente, a tortura, não são aceitas em nenhuma hipótese, em nenhum lugar – nem mesmo em tempo de guerra. Tortura é crime contra a humanidade, é um ato inconcebível, injustificável!

É certo que não houve nenhuma prova da participação de Chiquinho no “justiciamento” do comerciante português. E é de se considerar a possibilidade do assassinato de Manoel Henrique ter sido planejado e executado pelos próprios militares com os quais contribuía, que teriam armado uma “fraude” para, ao mesmo tempo, “queimar arquivo” (Manoel sabia demais) e botar a culpa nos grupos de esquerda.

Algo semelhante ocorreu no episódio do Riocentro, no Rio, em 30 de abril de 1980. Naquela noite, o pavilhão estava lotado de estudantes e operários que comemoravam o 1º de Maio, com apresentações de artistas como Gonzaguinha, Alceu Valença e Elba Ramalho.

Acontece que o sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário e o capitão Wilson Dias Machado foram incumbidos de praticar um ato terrorista, com a explosão de uma bomba, na hora de maior movimentação do evento. O plano previa também trancafiar as portas de saída, inclusive as de emergência, para causar o maior número de vítimas possível, e, depois, “por a culpa nos terroristas de esquerda”⁷.

Às 21h, para sorte dos milhares presentes, a bomba foi detonada, por engano, antes do horário marcado, no colo do sargento Guilherme, dentro do carro, matando-o imediatamente e ferindo com gravidade o capitão Wilson. Apesar das incontestáveis evidências de que se tratava de um atentado das forças repressivas, o Exército sustentou que os algozes seriam “vítimas” de um “ataque terrorista perpetrado por membros da esquerda”. O Jornal Nacional, da Rede Globo, aderiu ao discurso oficial e chegou a apresentar imagens de falsas bombas, como se tivessem sido apreendidas com os “terroristas imaginários”. Foi um verdadeiro vexame.

⁷ *Aventura, Corrupção e Terrorismo – coronel Dickson Melges Graef – Editora Vozes – Petrópolis/RJ – 1986.*

Na tarde de 27 de agosto do mesmo ano, outro atentado choca o País. Uma carta-bomba, enviada por “terroristas estatais”, explode na sede do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), matando a secretária Lyda Monteiro.⁸ A intenção era a mesma: culpar os “terroristas de esquerda”. Eram os últimos suspiros de uma ditadura agonizante, a mostrar que ainda havia uma linha-dura com “gás” para agir.

Em 1973, quando do “caso Varella”, a repressão estava no auge e não poupava esforços para confundir a opinião pública e esconder a violência que infligia aos brasileiros. Livrar-se de um delator como Manoel (que poderia, mais tarde, se voltar contra eles próprios) e, ainda por cima, incriminar a resistência, é algo que os órgãos da ditadura faziam até com certa naturalidade.

Por fim, a hipótese mais provável é que Chiquinho não tenha responsabilidade pela morte do comerciante português, dono do Restaurante Varella. Essa acusação seria mais uma das inúmeras “cortinas de fumaça” lançadas pelos golpistas para justificar – ou, ao menos, “amenizar” – as terríveis execuções, como a do jovem taquaritinguense.

⁸ <http://www.oab.org.br>

Na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964, os militares das três armas, Exército, Marinha e Aeronáutica, puseram em prática um plano que já vinha sendo ensaiado há anos: tomar o poder político no Brasil.

A eleição presidencial de 1960 tinha uma peculiaridade, votava-se, separadamente, para presidente e vice, não necessariamente da mesma chapa. Assim, foram eleitos presidente da República Jânio Quadros (que tinha como vice Milton Campos) e vice-presidente João Goulart (cuja chapa era encabeçada pelo marechal Henrique Lott). A escolha dessa dupla “híbrida” mostrou que a sociedade brasileira estava dividida.

Jânio era ligado aos conservadores, apesar de manter uma postura “independente” e, não raro, excêntrica – mesmo se declarando ferrenho “anticomunista”, condecorou o líder da revolução cubana Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta honraria da nação, para desespero das forças armadas, que, na época, eram umbilicalmente ligadas aos EUA, e dos aliados conservadores, notadamente do então governador da Guanabara¹, Carlos Lacerda, líder da União Democrática Nacional (UDN), partido que o apoiara.

Por seu turno, João Goulart, o Jango, era vinculado às forças trabalhistas, próximo o bastante das “esquerdas” para que muitos militares (e reacionários em geral) o “acusassem” de “comunista” – em plena Guerra Fria, esse “rótulo” era uma espécie de ofensa. Após pouco mais de sete meses de uma confusa administração, Jânio renuncia. Jango estava em viagem oficial à China, fato que intensificou as especulações de que o vice mantinha estreitas relações com os comunistas do Leste – e que sua posse colocaria em risco a democracia capitalista brasileira.

A partir daí, os conservadores civis (com destaque para Carlos Lacerda, que já havia rompido com Jânio e pedia sua deposição), setores da igreja católica, militares “linha-dura” e até mesmo a CIA² (através do embaixador estadunidense Lincoln Gordon), não faziam outra coisa senão tramar e conspirar, primeiro, para não deixar Jango assumir, e, caso assumisse, como de fato ocorreu, que fosse deposto o mais rápido possível.

¹ Estado criado em 14 de março de 1960 para abrigar a cidade do Rio, antiga capital federal, e extinto em 15 de março de 1975, quando foi incorporado ao Estado do Rio de Janeiro – <http://www.alerj.rj.org.br>

² Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência), fundada pelo presidente H. Truman em 1947, responsável pelos serviços de espionagem e envolvida na articulação de golpes de Estado pelo mundo todo.

Em 1963, a pressão sobre Jango era enorme e o golpe se avizinhava. Às conspirações reacionárias, somava-se certa insatisfação da esquerda nacionalista, ávida pelas Reformas de Base. Leonel Brizola, avaliado como o que havia de mais à esquerda no trabalhismo brasileiro, dá início à resistência: “Façamos a revolução ou eles a farão”, alardeava o governador gaúcho.

Na noite de 29 de novembro de 1963, Brizola utiliza seu programa na rádio Mayrink Veiga para lançar um “movimento de massa”, cuja meta era alcançar todo território nacional, denominado Comandos Nacionalistas ou Grupos dos 11 Companheiros – que ficou conhecido como Grupos dos 11, uma metáfora em referência ao futebol, haja vista que o Brasil acabava de se sagrar bicampeão mundial na Copa do Mundo do Chile, realizada no ano anterior. A idéia era fazer com que a mobilização fosse facilmente compreendida pela população. Além da rádio, contava com o apoio do jornal Panfleto, o que fez com que o projeto se difundisse.

O Grupo dos 11 era pacífico, desarmado, com o propósito de nacionalizar empresas estrangeiras, impor um controle à remessa de lucros para o exterior e lutar pelas Reformas de Base, sobretudo a Reforma Agrária. Foi uma experiência única de politização e organização popular, mas não teve força para resistir ao golpe militar que viria em seguida.³

Em 24 de março de 1964, a primeira-dama de São Paulo, d. Leonor Mendes de Barros, esposa do governador Ademar de Barros, conclama uma mega-manifestação conservadora, se valendo da retórica do “espírito que ditou a Revolução de 32” e dos “preceitos cristãos”, que ficou conhecida como a Marcha da Família com Deus, pela Liberdade. Num clima festivo, a marcha começou na praça da República e terminou na praça da Sé, com a presença de cerca de meio milhão de pessoas, a maior manifestação já vista na cidade - e que contou com ampla cobertura da mídia.

Líderes conservadores se revezaram em discursos contra a “ameaça comunista”, contra o presidente João Goulart e seus assessores, considerados “traidores da pátria”. Entre os oradores, destacaram-se o senador padre Calazans, Geraldo Goulart (veterano da Revolução Constitucionalista de 1932), a professora Carolina Ribeiro (ex-secretaria da Educação), o deputado Ciro Albuquerque (presidente da Assembléia Legislativa), o deputado Everardo Magalhães (representante da delegação da Guanabara) e Plínio

³ Os Grupos dos 11: uma insurreição reprimida – Elenice Szatkoski – Editora da Universidade de Passo Fundo – Passo Fundo/RS – 2003

Salgado, que instou os “soldados, marinheiros e aviadores” a se levantarem contra a “desordem, a subversão, a anarquia e o comunismo”. Falaram ainda os deputados Cunha Bueno e Herbert Levy, o prefeito de Campinas, Rui Novais, além da própria d. Leonor, entre representantes de vários Estados. O último orador foi Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional.⁴

Entre cânticos religiosos e hinos militares, os conservadores invocavam a manutenção da “paz, ordem e progresso”, mas, na verdade, estavam pavimentando o caminho para a instauração de um regime belicista, ilegal e reacionário, que tanto mal faria ao País. O golpe de Estado, pois, se concretizou naquele fatídico 1º de abril de 1964.

Os golpistas tinham um plano militar minucioso e sofisticado para combater uma eventual resistência armada, já que havia sinais de que alguns quartéis pudessem se manter fiéis ao presidente deposto. O governador Leonel Brizola esboçaria organizar uma resistência bélica no Rio Grande do Sul e havia indícios de que parte da Força Aérea estaria com Jango.

Todavia, o governo norte-americano já criara raízes nas entranhas das Forças Armadas e no meio político conservador, não só do Brasil como de toda América Latina, e, desde 1959, mantinha a Escola Militar das Américas, na zona do Canal do Panamá, por onde passaram mais de 500 militares brasileiros – era chamada de Escola de Golpes por ter “ensinado” diversos envolvidos em golpes de Estado na região. Estava engatilhada a Operação Brother Sam, que assegurava o envio de uma consistente força de guerra norte-americana, composta de um porta-aviões (ancorado no Oceano Atlântico, à altura do Estado do Espírito Santo), alguns destróieres, petroleiros, aviões-tanques, aviões de transporte e modernos caças, além de armas e soldados. Com o sucesso do golpe, a operação foi desativada.⁵

A princípio, os generais disseram que se tratava de uma “arumação” para “espantar o perigo comunista” e que a população podia ficar tranquila, em dois anos, haveria eleições indiretas, o Congresso Nacional elegeria o presidente e o vice e, depois, a democracia seria restaurada. Passaram-se longos 25 anos para que um presidente da República fosse eleito pelo voto direto...

⁴ http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm

⁵ *Sociedade Brasileira: uma história dos movimentos sociais* – Rubim Santos Leão de Aquino [et. al.] – Editora Record – Rio de Janeiro – 2000.

Para vários estudiosos, como Darcy Ribeiro (indicado por Jânio diretor da Comissão de Estudos da Universidade de Brasília, e, por Jango, ministro da Educação e Cultura e, mais tarde, Chefe da Casa Civil), muitos eram os interesses que levaram ao golpe de 1964, que iam além do “medo comunista”. O sociólogo apresenta como principais motivos a insatisfação dos norte-americanos com projetos nacionalistas propostos por Jango, dentre eles a Reforma Agrária e a Lei de Controle das Remessas de Lucros das multinacionais (limitados a 10%), bem como a antipatia dos políticos conservadores da UDN, cujos votos minguiavam a cada eleição.⁶

Imediatamente ao golpe, os militares instituíram uma Junta Provisória, autoproclamada Comando Supremo da Revolução, tríade formada pelo general Artur da Costa e Silva, o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o almirante Augusto Hamam Rademaker Grunewald. Para dar uma impressão de legalidade, decidiram manter o Congresso Nacional “funcionando”, ainda que parcialmente, e incumbiram os juristas Francisco Campos e Carlos Medeiro da Silva de redigir um documento a ser apresentado aos parlamentares, que culminou no Ato Institucional n.º 1, o AI-1, que, entre outras determinações, previa a suspensão, por seis meses, das garantias constitucionais e dava à trinca poderes para cassar mandatos em todos os níveis e suspender poderes políticos por dez anos.

Jango abrigou-se no Rio Grande do Sul; Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e Seixas Dória, governador de Sergipe, foram presos. Gregório Bezerra, velho líder comunista, foi humilhado em público, exposto, na televisão, vestindo somente um calção, sendo arrastado por um jipe pelas ruas do Recife. Apostados como simpáticos ao presidente João Goulart, o jornal Última Hora, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Clube dos Sargentos e a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil tiveram suas sedes depredadas; as rádios Nacional, Mayrink Veiga e Mauá foram ocupadas. No dia 02 de abril, Auro Moreira, presidente do Senado, aderiu aos golpistas e declarou vago o cargo de presidente da República. Dois dias depois, Jango buscou asilo no Uruguai.⁷

Foi posta em prática, a partir da Guanabara, a Operação Salame, sob a coordenação do coronel Gustavo Borges, que se pôs a fechar sindicatos e associações e a prender pessoas ligadas ao

⁶ Testemunho – Darcy Ribeiro – Edições Siciliano – São Paulo – 1991.

⁷ Sociedade Brasileira: uma história dos movimentos sociais – Rubim Santos Leão de Aquino [et. al.] – Editora Record – Rio de Janeiro – 2000.

governo deposto. Seguiu-se a Operação Limpeza, voltada para as próprias Forças Armadas, que, de imediato, passou para a reserva 122 oficiais. Ao mesmo tempo, era desencadeada a Varredura com Pente-Fino, mega-operação que envolveu as três armas e as polícias civil e militar, com poder para prender cidadãos, fechar estradas, invadir sindicatos e organizações civis, prédios comerciais e residências.

Calcula-se que cerca de 50 mil pessoas foram presas nos primeiros meses. No Rio, o estádio Caio Martins (do Botafogo), em Niterói, chegou a ser usado como campo de concentração, tamanha o quantidade de detidos.⁸

Estabeleceu-se, em seguida ao AI-1, um “rodízio de generais” na presidência, para dar a impressão de certa normalidade política – não queriam a personificação do regime, não haveria um déspota único no comando, mas generais que seriam “eleitos indiretamente” por um Congresso viciado, cujos membros da oposição haviam sido cassados, exilados ou mortos.

O primeiro presidente golpista foi Humberto de Alencar Castelo Branco, que, aos olhos dos linha-dura, era muito “moderado”, líder dos castelistas, um grupo interno das Forças Armadas incrustado na Escola Superior de Guerra (ESG), apoiado pelo general Golbery do Couto e Silva, também chamado de Grupo da Sorbonne – esse pessoal prezava por manter algum respeito à legalidade no expurgo dos opositores. Castelo Branco foi “eleito” pelo Congresso em 11 de abril de 1964 e ficou no cargo até 1966 (nesse período, 300 brasileiros foram cassados ou tiveram seus direitos políticos suspensos e 270 oficiais superiores foram para a reserva). Nas eleições estaduais de 1965, mesmo desfalcada dos principais candidatos (cassados pelo AI-1), a oposição conseguiu eleger dois governadores, Israel Pinheiro, em MG, e Negrão de Lima, na Guanabara. O regime militar reagiu com o AI-2, que, dentre outras, instituiu o bipartidarismo (ARENA e MDB).⁹

Muitos que, de boa-fé, apoiaram a “revolução redentora” por estarem convencidos que se tratava de uma forma, ainda que radical, de “afastar o perigo comunista”, não tardaram em se decepcionar. “A esperança virou desilusão”, nas palavras do coronel Dickson Melges Grael¹⁰, ao se deparar com atos terroristas contra

⁸ *Idem.*

⁹ ARENA: *Aliança Renovadora Nacional, pró-governo*; MDB: *Movimento Democrático Brasileiro, “oposição moderada”*.

¹⁰ *Aventura, Corrupção e Terrorismo – coronel Dickson Melges Grael – Editora Vozes – Petrópolis/RJ – 1986.*

a população civil, praticados pelos mesmos militares que se diziam nacionalistas e que se apresentavam como defensores do povo. Mesmo os que apoiaram por interesses escusos, como o mencionado Carlos Lacerda, e Ademar de Barros (governador de São Paulo), entre outros, também se decepcionam, na medida em que, com o passar do tempo, foram igualmente cassados e perseguidos.

Sob pressão dos colegas mais afoitos, o governo Castelo Branco edita o AI-3 no início de 1966, que proíbe eleições diretas para governador (que passa a ser escolhido pela Assembléia Legislativa), cria o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informação do Exército (CIE) e o Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA), embriões dos aparatos que evoluiriam para institucionalizar as prisões ilegais e as torturas. Na esteira do embrutecimento do regime, os intelectuais Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Flávio Rangel, Glauber Rocha, entre outros, foram presos.

Em julho de 1966, a resistência armada se apresenta nacionalmente ao tentar eliminar o candidato à sucessão de Castelo Branco, o general Artur da Costa e Silva, em um atentado fracassado no Aeroporto dos Guararapes, no Recife. Ao sair ileso, Costa e Silva se fortaleceu e fortaleceu a linha-dura do Exército. A partir de então, não haveria trégua na brutalidade estatal contra os membros da resistência – a guerra direta estava deflagrada.

O presidente Castelo Branco edita o AI-4 em dezembro de 1966, que transforma o Congresso em Assembléia Nacional Constituinte, com a missão de aprovar a nova Constituição, cujo texto institucionaliza as eleições indiretas para diversos cargos majoritários, acolhe os decretos impostos pelo governo e centraliza em demasia o poder nas mãos do presidente da República. A Carta Magna tinha que estar pronta para a posse do próximo general a ocupar a presidência (que seria Costa e Silva) em 15 de março de 1967.

Do exílio, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek (com o apoio de Jango) criam a Frente Ampla, no intuito de restabelecer a democracia pacificamente. Lacerda articulou contatos com militares da linha-dura, notadamente o general Albuquerque Lima.¹¹ Sem sucesso, o regime já não admitia a via do diálogo, os generais vieram para ficar. Anos depois, Carlos Lacerda, Juscelino Kubits-

¹¹ *Sociedade Brasileira: uma história dos movimentos sociais – Rubim Santos Leão de Aquino [et. al.] – Editora Record – Rio de Janeiro – 2000.*

chek e João Goulart morreriam em situações inusitadas – há quem especula que todos três foram vitimados pelos militares.¹²

Antes de passar o bastão a Costa e Silva, Castelo Branco teve tempo de impor mais uma derrota à democracia: o controle da imprensa. Em 09 de fevereiro de 1967, foi promulgada a Lei de Imprensa (Lei n.o 5.250), que limitou o direito de informação, impossibilitou o uso da “exceção da verdade”, isto é, o jornalista não tinha mais como utilizar a verdade para provar o que publicara, e garantiu ao ministro da Justiça o direito de apreender edições de jornais e revistas quando achasse necessário. Os repórteres se tornam alvos de prisões, atentados e perseguições, inclusive com torturas, mortes e desaparecimentos. Os jornalistas David Capistrano, Pedro Pomar, Maurício Grabbois¹³, Antônio Carlos Fon, Fernando Gasparian e tantos outros foram presos e muitos acabaram torturados; uma bomba explode na sede do matutino Correio da Manhã, que teve várias edições censuradas. Os profissionais da imprensa enfrentam um verdadeiro holocausto.¹⁴

Costa e Silva não ficaria muito tempo no poder (1967 a 1969), o suficiente para iniciar um longo e tenebroso período de trevas.

O ano de 1968 foi especial no mundo todo, os estudantes surgem como atores globais. Por diversos países – desenvolvidos ou subdesenvolvidos – eclodem revoltas culturais, manifestações políticas e revoluções progressistas. Na França, o movimento estudantil mobiliza todas as universidades, ocupa o bairro parisiense Quartier Latin e enfrenta a polícia num quebra-quebra nunca visto. Ocorrem protestos na Itália, Alemanha, Egito, Holanda, Senegal, Japão, Suécia, Inglaterra etc. O Brasil não ficou de fora, aqui, os estudantes também aparecem como os principais protagonistas, se mobilizam para exigir melhores condições de ensino e a volta da democracia e tomam as principais cidades do País, como São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Recife, Porto Alegre, Curitiba, São Luiz, Belém, Vitória, Natal e Florianópolis. O primeiro confronto direto ocorreu no restaurante Calabouço, no Rio, invadido pela polícia, que resultou na morte do estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto, em 28 de março. O enterro virou uma manifestação de grande repercussão, passeatas e protestos pulularam em todo lugar. Em Goiânia, um estudante foi morto.

¹² *O beijo da morte* – Carlos Heitor Cony e Anna Lee – Editora Objetiva – Rio de Janeiro – 2003.

¹³ *Projeto Brasil: Nunca Mais* – Editora Vozes – Petrópolis/RJ – 1988.

¹⁴ *Calá a boca, jornalista* – Fernando Jorge – Editora Vozes – São Paulo – 1990.

Em 26 de junho de 1968, acontece no Rio a Passeata dos Cem Mil, liderada por intelectuais, estudantes, religiosos e artistas. Mais de cem mil pessoas tomaram as ruas da capital fluminense para protestar por liberdade. O apoio popular impediu que os militares reprimissem com a costumeira violência. Não por acaso, grupos para-militares de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC)¹⁵, começaram a se fortalecer.

Ao mesmo tempo, os operários passaram a se organizar e mobilizaram uma greve em Osasco, a “Meca das esquerdas”, liderada pelo combativo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC¹⁶, cujos líderes não demoraram a ser perseguidos e levados à clandestinidade.

O movimento estudantil sofreu um duro golpe com a prisão do líder Vladimir Palmeira, em agosto de 1968. No fim do mês, a Universidade de Brasília (UnB) foi invadida pela polícia; em 03 de outubro, ocorre a Batalha da Maria Antônia, na rua do mesmo nome no centro de São Paulo, quando estudantes de direita, abrigados na Universidade Mackenzie, entraram em confronto com universitários da USP (a rua Maria Antonia separava o prédio da Filosofia da USP do Mackenzie), ocasionado a morte do adolescente José Guimarães, estudante secundarista sem nenhum vínculo com o movimento estudantil. Em 15 de outubro, a polícia intervém no Congresso da UNE, em Ibiúna/SP, e prende todos os 700 participantes. As passeatas e os protestos mínguem, o movimento estudantil estava desmantelado.¹⁷

O fracasso das reivindicações públicas – e pacíficas – acabou por inspirar muitos jovens a aderir à luta armada. Era preciso resistir, lutar, se engajar. Diante de um “beco sem saída”, centenas optaram por não se acovardar: a morte passaria a ser uma companheira constante dos intrépidos brasileiros que ousaram se levantar contra a tirania dos generais.

1968 foi também um ano espetacular para a cultura nacional. Antônio Callado publica *Quarup*; Glauber Rocha lança *Terra em Transe*; Geraldo Vandré grava *Pra não dizer que não falei das flores*; o Teatro de Arena e o Teatro Oficina estão a todo vapor. Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Capinam, enfim, a criatividade fervilhava – e enfrentava a censura.

¹⁵ Ver capítulo “Terror terceirizado”.

¹⁶ ABC: região da grande São Paulo, composta por Santo André, São Bernardo e São Caetano.

¹⁷ *O Século XX – O tempo das dúvidas – Vol. 3 – Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Lenha (org.) – Editora Civilização Brasileira – Rio de Janeiro – 2000.*

O ano se encerra com a edição do AI-5 em dezembro, cujo texto, de autoria do então ministro da Justiça Gama Filho, solidificou a postura opressora do regime. Todo poder aos militares, os direitos políticos foram suspensos, as manifestações públicas proibidas e até mesmo o Habeas Corpus, o último recurso contra uma prisão ilegal, foi proibido. Com o AI-5, o governo “perdeu a vergonha”, não mais se preocupa nem mesmo em “disfarçar” a brutalidade, os assassinos e torturadores estavam oficialmente “liberados” para espalhar a morte e a destruição. Iniciam-se os piores tempos da ditadura. O Congresso Nacional permaneceu fechado até o final de agosto de 1969, assim como as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais. A censura calou a todos, o clima passou a ser de terror; em todo lugar podia haver um “infiltrado”, um dedo-duro, não se sabia mais em quem confiar, ninguém estava seguro.

Com o AI-5, o governo Costa e Silva passa a enfrentar manifestações de insatisfação por parte do governo norte-americano, descontente com o endurecimento do regime. Em represália, o presidente Lyndon Johnson¹⁸, em fim de mandato, congela o repasse de milhões de dólares, aprovados anteriormente a título de ajuda e crédito. Ao assumir a presidência, Richard Nixon¹⁹ manteve o congelamento dos recursos e nomeia uma comissão, presidida pelo multimilionário Nelson Rockefeller, para avaliar o autoritarismo brasileiro e decidir que medidas tomar.

Em junho de 1969, Rockefeller visita o Brasil e joga um balde de água fria naqueles que esperavam que os EUA pudessem pressionar os militares brasileiros por mais liberdade e pelo fim das prisões ilegais e da tortura. O relatório final, subscrito pelo magnata, diz que “a subversão comunista é hoje uma realidade com alarmante potencial” e recomenda o fim da “redução das subvenções para ajudarem a treinar as forças de segurança”.²⁰ Os generais linha-dura receberam o relatório como uma “carta branca” da potência ianque para intensificar a repressão.

Em 31 de agosto de 1969, Costa e Silva sofre um derrame cerebral, que o deixa inválido para exercer a presidência. O vice-presidente, Pedro Aleixo, um civil, foi impedido de assumir pelos militares linha-dura, que deram um “novo golpe” ao formar, mais uma vez, uma Junta Militar, composta pelo general Aurélio

¹⁸ Lyndon Baines Johnson, do Partido Democrata, governou os EUA de 1953 a 1969. Era vice de John Kennedy, assumiu o mandato após o assassinato do titular e foi reeleito em 1964.

¹⁹ Richard Milhous Nixon, do Partido Republicano, foi eleito em 1968 e reeleito em 1972. Renunciou em 1972, devido ao escândalo Watergate.

²⁰ Brasil de Castelo a Tancredo – Thomas Skidmore – Editora Paz e Terra – Rio de Janeiro – 1988.

de Lira, pelo brigadeiro Márcio Melo e pelo almirante Augusto Rademaker.

Na vigência da trinca, a ALN e o MR-8²¹ sequestraram o embaixador norte-americano Charles Elbrick, trocado por presos políticos. Como reação, foi editado o AI-13 (determina que todo preso político trocado em função de sequestro seja banido do País) e o AI-14 (institui pena de morte e prisão perpétua para crimes políticos). A Junta aparelha a Oban²², financiada por empresários brasileiros e estrangeiros e chefiada pelo famigerado delegado Sérgio Paranhos Fleury, que acabou se tornando um ícone da violência ilimitada, cujo nome virou sinônimo de tortura e morte.

Sob a égide da Lei de Segurança Nacional, foi elaborada uma eleição interna entre 240 oficiais-generais para a escolha do novo presidente da República, saindo vencedor o general linha-dura e ex-chefe do SNI, Emílio Garrastazu Médici. O que já estava ruim tornou-se ainda pior. Médici levaria a repressão estatal ao extremo, nunca tantos brasileiros foram mortos, subjugados, torturados e desaparecidos. Os horrores dos porões dos quartéis alcançam níveis inimagináveis, os requintes de crueldade são inomináveis, sobretudo quando a vítima era mulher, aí, a barbárie ultrapassou o limite da maldade – as presas eram espancadas, estupradas, dilaceradas. Há casos de mulheres violentadas com cassetetes e que tiveram os seios arrancados com alicate²³ e de crianças torturadas na frente das mães. Uma monstruosidade abominável.

Médici foi sucedido por Ernesto Geisel, “eleito” pelo Congresso em janeiro de 1974. O novo presidente estava determinado a iniciar o processo de abertura e, para isso, teve que enfrentar os generais linha-dura, liderados, desta vez, pelo ministro da Guerra Sílvio Frota, que sonhava em se tornar o ditador da vez. Seu governo teve uma atuação “pendular”, isto é, ora se mostrava opressivo para “agradar” à linha-dura, ora se mostrava “liberal” para apaziguar os moderados (os antigos castelistas). Buscava, assim, manter o apoio majoritário dentro das Forças Armadas e ganhar a confiança da população.

Como a guerrilha armada havia sido praticamente dizimada pelo governo anterior de Garrastazu Médici, o desafio passa ser enfrentar a crescente pressão política da oposição, o MDB se for-

²¹ Ver capítulo “A Resistência”.

²² *Operação Bandeirantes, um dos órgãos de repressão mais violentos da ditadura, vinculada ao II Exército de São Paulo.*

²³ *O calvário de Sônia Angel – João Luiz de Moraes – Gráfica e Aziz Ahmed – Gráfica Mec Editora – Rio de Janeiro – 1994.*

talecia e as organizações civis (OAB, ABI, CNBB)²⁴ reclamavam mais espaço. Mesmo com o dismantling dos grupos da resistência, a linha-dura continuou a agir, agora à revelia de Geisel.

A chamada Operação Jacarta causou a morte de sete integrantes do Comitê Central do PCB. Em 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, diretor da TV Cultura e professor da USP, foi preso de manhã e, à tarde, foi “encontrado morto”, enforcado em sua cela no DOI-Codi, em São Paulo. Ninguém acreditou na versão oficial de suicídio. A morte do jornalista desencadeou uma inédita reação. Herzog, que era judeu, foi homenageado em um culto ecumênico na Catedral da Sé, em São Paulo, organizado pelo arcebispo (católico) Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor protestante Jaime Wright, ao qual compareceram mais de oito mil pessoas – com ampla cobertura da mídia.

A repercussão da morte de Herzog ultrapassou fronteiras e causou indignação em vários países, inclusive nos aliados. No governo Geisel, a relação com os EUA sofreram um abalo, contudo, esse afastamento diplomático não teve como foco principal as ofensas aos direitos humanos e sim o polêmico programa nuclear brasileiro e a decisão de Geisel de buscar uma alternativa à política externa de alinhamento automático ao Império do Norte, vigente desde 1964.

O presidente norte-americano era Jimmy Carter²⁵, reconhecido pacifista, mas que não hesitava em defender a supremacia estadunidense. Mesmo assim, Carter foi importante aliado de Geisel no confronto com os remanescentes da linha-dura contrários ao processo de abertura.

Internamente, as forças obscuras continuavam atuantes – e outras mortes ocorreram, como do operário e membro do PCB, Manoel Fiel Filho, “suicidado” na mesma cela onde tombara Herzog. O presidente Geisel reagiu e demitiu militares de postos-chave, visando isolar os contrários à abertura. Estes, por sua vez, contra-atacaram, espalhando bombas em bancas de jornal, nas sedes da OAB e da ABI, na embaixada soviética e em outros lugares.

Em 1977, Geisel edita o Pacote de Abril, que instituiu o mandato de cinco anos para presidente, manteve as eleições indiretas para governador e criou o “senador biônico”: na eleição para ele-

²⁴ *Ordem dos Advogados do Brasil; Associação Brasileira de Imprensa e Confederação dos Bispos do Brasil.*

²⁵ *James Earl Carter Jr., conhecido como Jimmy Carter, do Partido Democrata, governou de 1977 a 1981.*

ger dois senadores (para completar os três por Estado), um seria escolhido por voto indireto, o que quer dizer que pelo menos um dos senadores sempre seria da ARENA pró-governo. Em outubro de 1977, Geisel demite Sílvio Frota e pavimentava o caminho para eleger um sucessor de sua preferência, com a incumbência de levar a cabo o lento e gradual processo de abertura política.

O escolhido foi o general João Batista de Oliveira Figueiredo, “eleito” pelo Congresso em 15 de outubro de 1978 e empossado em 15 de março de 1979. Antes, Geisel possibilitaria uma abertura palpável, real, ao praticamente extinguir o AI-5. Figueiredo, um “soldado”, passa a se empenhar em cumprir a missão recebida do alto comando, que era entregar o governo a um civil e acabar com o ciclo dos generais na presidência.

Em 28 de agosto de 1979, o governo Figueiredo aprovou no Congresso a Lei da Anistia (Lei n.º 6.683/79)²⁶, que concedeu “anistia a todos que cometeram crimes políticos ou conexos, crimes eleitorais e que tiveram seus direitos políticos suspensos” no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, “exceto os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. A Lei previa, ainda, o retorno ao cargo dos servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados no mesmo período, cujos pedidos dependeriam da anuência das comissões presididas pelos comandantes militares e da existência de vaga.

Apesar das críticas por colocar em “igualdade de condições” opressores e oprimidos e negar qualquer direito aos “vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos”, a lei foi um inegável avanço ao possibilitar que “os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão voltar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de um ano” (art. 12).

A administração Figueiredo não ficou imune às atividades clandestinas da linha-dura, que, entre 1980 e 1981, praticou cerca de 40 atentados. Eis os principais:

Em janeiro, uma bomba é desativada num hotel no Rio onde se hospedava Leonel Brizola e outra explode na Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, onde ocorria um comício do MDB; em março, uma bomba é desativada no escritório do advogado Sobral

²⁶ *Diário Oficial União de 28/08/79.*

Pinto, no Rio, e outras explodem no aeroporto do Recife e no jornal Hora do Povo no Rio; em abril, os alvos foram bancas de jornal em São Paulo, Rio, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre Curitiba e Belém; no mês de maio, o jornal Hora do Povo volta a ser atingido por duas bombas e outra explode na sede da Convergência Socialista, no Rio; em junho, seria a vez da Casa do Jornalista, em Belo Horizonte; em agosto, um artefato fere a estudante Rosane Mendes e mais dez colegas no Colégio Social da Bahia, em Salvador, e outros explodem no diretório acadêmico de uma faculdade de Filosofia, num terreno baldio em Barbacena e nas sedes do alistamento militar em cidades de Minas Gerais; setembro começa com a explosão de uma bomba-relógio na agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em Viamão (RS) e segue com atentados em um bar no bairro de Pinheiros, São Paulo, e no prédio da Receita Federal em Niterói; em novembro, bombas são detonadas em dois supermercados no Rio e na Livraria Jinkings em Belém; o ano termina com o carro do filho do deputado paraense Jinkings destruído por uma bomba incendiária.²⁷ Os mais famosos atentados praticados em 1980 foram os do Riocentro e da sede da OAB, ambos no Rio.²⁸

No ano seguinte, os atentados diminuíram, mas ainda causaram estrago e terror. O Rio de Janeiro continuou a ser o alvo principal: bombas explodem em dois supermercados, na sede do jornal Tribuna da Imprensa, num ônibus na Cidade Universitária, na casa do deputado Marcelo Cerqueira e na Gráfica Americana – e no posto do INSS de Niterói.²⁹

A ditadura passa a apresentar sinais de esgotamento. Nas eleições diretas para governador de 1982, a oposição se consagra – Leonel Brizola é eleito governador do Rio e Franco Montoro de São Paulo. No ABC, entre os metalúrgicos, surge a liderança de Luiz Inácio da Silva, o Lula. A ala progressista da igreja católica se impõe. A sociedade civil se reestrutura. O cerco à imprensa se arrefece. Surge uma luz no fim do túnel.

Em 1984, o movimento das Diretas Já toma corpo na defesa da chamada Emenda Dante de Oliveira, proposta de mudança constitucional que recebeu o nome do deputado mato-grossense que a apresentou, a qual estipulava a realização de eleições diretas para presidente da República imediatamente. Apesar da gigantes-

²⁷ *Aventura, Corrupção e Terrorismo – coronel Dickson Melges Graef – Editora Vozes – Petrópolis/RJ – 1986.*

²⁸ *Ver capítulo “O Caso Restaurante Varela”.*

²⁹ *Aventura, Corrupção e Terrorismo – coronel Dickson Melges Graef – Editora Vozes – Petrópolis/RJ – 1986.*

ca mobilização popular, o projeto foi rejeitado pelo Congresso Nacional, que instituiu o Colégio Eleitoral (o novo presidente seria escolhido pelos parlamentares) e restringiu o futuro mandato em quatro anos, sem reeleição.

As “eleições” indiretas de 1985 poriam fim ao regime militar. Pela primeira vez, oposição e governo disputariam, livremente, ainda que indiretamente, os votos dos “eleitores”, agora sob o pluripartidarismo. A oposição havia se fragmentado em vários partidos, o principal era o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do MDB, e a situação se manteve unida no Partido Democrático Social (PDS). Figueiredo tinha preferência pelo coronel gaúcho Mário Andreazza, seu ex-ministro, que disputou com Paulo Maluf a condição de candidato pelo PDS. Andreazza perdeu e setores da situação, desgostosos com a escolha do político paulista, acenaram à oposição.

Para viabilizar uma aliança, o PMDB abriu mão da candidatura do paulista Ulisses Guimarães e apresentou o mineiro Tancredo Neves. José Sarney, senador pelo Maranhão, então presidente do PDS, se juntou a outros ex-arenistas contrários a Maluf (notadamente a oligarquia do nordeste de Antonio Carlos Magalhães, Marco Maciel etc.) para criar uma dissidência, a Frente Liberal (mais tarde Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas), e se tornar vice de Tancredo na chamada Aliança Democrática.

O PDS formaliza a candidatura de Paulo Maluf, com o deputado Flávio Portela Marcílio (ex-governador do Ceará) de vice. A Aliança Democrática vence, só que Tancredo morre em 21 de abril de 1985, antes de assumir. O vice, Sarney, torna-se o primeiro presidente civil desde 1964, dando origem ao autodenominado período da Nova República.

Em 1988, Sarney recorre ao Exército para invadir a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda/RJ, e debelar uma greve de trabalhadores, que reivindicavam a implantação do turno de horas, reposição salarial e reintegração dos colegas demitidos. A ação, comandada pelo general José Luis Lopes da Silva (que se aposentou como ministro do Superior Tribunal Militar), descambou para o confronto e causou a morte de três trabalhadores: William Fernandes Leite, de 23 anos, baleado no pescoço; Walmir Freitas de Monteiro, de 28, atingido no tórax por uma bala de fuzil; e Carlos Augusto Barroso, de 19, cujo corpo foi encontrado com sinais de espancamento e com o crânio afundado. Após 17 dias de greve, os direitos pleiteados foram conquistados, mas, até

hoje, ninguém foi responsabilizado. Sarney ainda protagonizaria uma escandalosa manobra no Parlamento, regada à corrupção e troca de favores, que estendeu seu mandato por mais um ano.

Eleições diretas, somente em 1989, quando ex-governador de Alagoas Fernando Collor de Melo (cujo vice era o mineiro Itamar Franco) venceu Luiz Inácio Lula da Silva (que tinha o gaúcho José Paulo Bisol, do PSB³⁰, como companheiro de chapa) no segundo turno. O mandato voltava a ser de quatro anos, sem reeleição.

Desde então, muitas crises se sucederam, porém todas foram enfrentadas sem a intromissão política dos quartéis; a democracia brasileira se solidifica a cada eleição.

O primeiro presidente eleito desde 1961 é acusado de corrupção e passa enfrentar uma gigantesca manifestação, o Fora Collor, iniciada por estudantes, com apoio da UNE, mas nitidamente sem vínculo partidário. Os manifestantes ficaram conhecidos como Cara Pintadas porque pintavam os rostos com os dizeres “fora Collor” ou com as cores do Brasil – ou, ainda, de preto. A pressão popular se estendeu por todo País, nas capitais e no interior, com a adesão da sociedade civil organizada (OAB, ABI, sindicatos etc.) e das pessoas comuns. Collor foi afastado da presidência em 1991, após um justo processo político-judicial, no qual teve o mais amplo direito de defesa. Antes, o presidente tentou “reviver” alguns métodos violentos de intimidação, típicos da ditadura, determinando à Polícia Federal que invadisse a redação do jornal Folha de S.Paulo, que dava ampla divulgação tanto dos desmandos de sua administração como das manifestações que se desenrolavam.

O vice Itamar Franco assume para um mandato tampão até 1994, sendo sucedido por seu ex-ministro (primeiro das Relações Exteriores e, depois, da Fazenda) Fernando Henrique Cardoso (PSDB)³¹, que formou chapa com o oligarca pernambucano Marco Maciel (PFL), vencendo Lula, que, agora, tinha como vice o deputado paulista Aloizio Mercadante, também do PT.

No governo de Fernando Henrique, um episódio põe os militares, de novo, nas manchetes dos jornais, a causar preocupação. Em 24 de maio de 1995, o presidente determina a invasão, pelo Exército, de quatro refinarias da Petrobras, tomadas por trabalhadores em greve, ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP). A ação mobilizou centenas de soldados, vários caminhões, jipes e blindados, escoltados pela polícia militar. Diante da forte repres-

³⁰ Partido Socialista Brasileiro – <http://www.psb.org.br>

³¹ Partido da Social Democracia Brasileira, dissidência do PMDB, criado em 1988 – <http://www.psd.org.br>

são, a FUP suspende a greve em 2 de junho. Não houve vítimas.

Em 1997, Fernando Henrique impõe, no Congresso, a Emenda da Reeleição, utilizando o antigo método da compra de votos, e se reelege em 1998, vencendo, de novo, Lula, que, desta vez, se fazia acompanhar do veterano Leonel Brizola (PDT)³² como vice.

A passagem de Fernando Henrique, no entanto, foi importante para delimitar as funções das Forças Armadas. Até então, havia quatro ministérios militares, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), ocupados por generais, almirantes e brigadeiros, que foram extintos e unificados com a criação do ministério da Defesa, comandado por um ministro civil.

Em 2002, Lula compõe com o político e empresário mineiro José Alencar de vice, para, finalmente, chegar à presidência, vencendo a chapa formada pelo senador paulista José Serra (PSDB) e pela deputada capixaba Rita Camata (PMDB). Lula reelegeu-se em 2006, desta vez contra o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), que tinha ao seu lado o senador por Pernambuco José Jorge (PFL).

O presidente Lula dá sequência à despolitização das Forças Armadas e incrementa o processo de modernização, reequipando e retomando antigos projetos, como a construção do submarino movido a energia nuclear da Marinha, do veículo lançador de satélite e da compra novos aviões supersônicos da Aeronáutica, a readequação das tropas do Exército, que, gradualmente, tem seus principais efetivos deslocados para a região amazônica. Viu-se diante de uma crise que envolveu os militares, de origem civil: a greve dos controladores de voo e o “apagão aéreo”. Lula prestigiou os militares, deu-lhes autonomia para exercer o direito legal (processar, punir os envolvidos) e colocou no ministério da Defesa o próprio vice-presidente, José Alencar. Tudo apaziguado, o vice-presidente dá lugar a Nelson Jobim, gaúcho, ligado ao PMDB, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

A nova geração de generais, almirantes e brigadeiros reconhece que o papel das Forças Armadas – importante e imprescindível – é zelar pela defesa do território nacional contra ameaças externas; vigiar as fronteiras; contribuir com as forças policiais (quando estritamente necessário) no combate ao crime; apoiar ações de resgate de vítimas de calamidades e desastres naturais;

³² Partido Democrático Trabalhista – <http://www.pdt.org.br>

realizar projetos sociais nas comunidades mais remotas; e participar de missões de paz mundo afora, convocadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O presidente Lula encerrou seu segundo mandato com grande aprovação popular (a maior até então). Ajudou eleger Dilma Rousseff a primeira mulher presidenta da República, com o deputado paulista Michel Temer (PMDB) de vice, em 2010, derrotando José Serra, agora com o ex-deputado carioca Índio da Costa (DEM) de vice.

Dilma é também a primeira chefe de Estado oriunda da “Geração de 68”. Participou, ativamente, da luta armada, como militante da VAR-Palmares e da VPR, viveu na clandestinidade, atuou em ações de guerrilha urbana, foi presa e torturada. Sobreviveu para fazer história. Aparentemente, chegou ao cargo máximo da Nação sem nutrir nenhum tipo de ressentimento ou revanchismo.

A democracia brasileira está, definitivamente, consolidada. Não há, em absoluto, em nenhuma mínima hipótese, sequer sinais que pudessem indicar algum perigo. Essa nova realidade, na qual impera o Estado Democrático de Direito, com os militares longe da política e subordinados ao comando civil, é a prova inequívoca de que a luta de Chiquinho Penteadado não foi em vão.

E assim haverá de sempre ser!

Imediatamente após o golpe militar de 1964 deu-se início o processo de resistência democrática, inicialmente com os partidos políticos de esquerda e seus líderes e, em seguida, por associações civis de estudantes e trabalhadores. Muitos, desiludidos com os rumos do regime, cada vez mais opressor e violento, partiram para a luta armada.

PCB

Principal partido da esquerda, o Partido Comunista Brasileiro foi criado em 1922, em Niterói/RJ, meses antes do “Levante do Forte de Copacabana”, o qual apoiou com entusiasmo.¹ Chamava-se Partido Comunista do Brasil, mas a sigla era PCB. Conhecido por Partidão, nasceu com vocação para resistir à truculência dos poderosos e com espírito revolucionário. Certamente por isso, passou a maior parte de sua história na clandestinidade, perseguido pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, pelo truculento governo do marechal Dutra e pelos golpistas de 1964.

Possui a honra de ostentar em suas fileiras intelectuais do porte de Astrojildo Pereira (um dos fundadores), Caio Prado Jr., Graciliano Ramos, Mário Lago, Jorge Amado e o atualíssimo arquiteto Oscar Niemeyer – tem como figura principal Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança. No final da década de 1940, contava com 200 mil filiados, significativa bancada parlamentar e elegeu Prestes, então Secretário-Geral do partido, senador pelo Estado da Guanabara.²

Em 1948, o partido foi posto na ilegalidade, sob a alegação de que teria um “caráter internacionalista” e, portanto, “estrangeiro” – o governo apontava “como prova” o fato de se chamar Partido Comunista do Brasil e não Partido Comunista Brasileiro, isto é, fez-se um exercício léxico para dar a entender que seria uma “filial”, a “do Brasil”, de um partido comunista central, com sede em Moscou.

Em 1960, em busca da legalidade, muda o nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Em 1962, importantes líderes rompem com a direção e criam o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) por discordar do processo de “desestalinização”³

¹ PCB – Uma História de Luta – Fundação Dinarco Reis.

² O Estado da Guanabara era circunscrito à cidade do Rio, incorporado ao Estado fluminense em 15 de março de 1975.

³ Em referência às alterações das práticas de governo até então impostas por Josef Stalin, líder da URSS desde 1922.

em pauta na URSS⁴, articulado pelo camarada Nikita Kruschev, recém empossado comandante da superpotência soviética, que contou com a anuência do Partido.

Em meados de 1987, o PCB se vê em plena legalidade, era o período da transição democrática, com a Constituinte em andamento. A bancada comunista contava com os deputados Augusto Carvalho, Fernando Sant’Anna e Roberto Freire e foi o único da esquerda a se manifestar positivamente pela aprovação da nova Carta Magna⁵, mesmo reconhecendo nela algumas deficiências. Em 1989, o PCB lança Roberto Freire candidato a presidente da República.

Nos anos 1990, sob o impacto do fim do comunismo soviético e da queda do Muro de Berlim, o PCB quase foi extinto. A divisão ficou evidente em todos os níveis, das bases ao Comitê Central, afinal, a avalanche dos fatos impunha uma nova ordem mundial, capitalista e liberal, que tornava a adaptação aos novos tempos uma tarefa homérica.

A maioria “sucumbiu” – ou, como diziam os “resistentes”, “capitulou” – e, em 1992, era fundado o Partido Popular Socialista (PPS). Nesse momento, uma minoria abandona a reunião e realiza a Conferência Extraordinária de Reorganização, que decidiu pela continuidade do partido, com a manutenção do nome Partido Comunista Brasileiro e da sigla PCB.

Inicia-se uma nova luta, nos níveis popular, legal e institucional, para consolidar a agremiação. A Justiça Eleitoral impõe requisitos para se usar a sigla histórica PCB, dentre eles a obrigatoriedade de possuir filiados em 20% dos municípios, pelo menos em nove estados, tarefa completada com êxito no final de 1995.⁶

O PCB sustenta a idéia de que a “revolução socialista é um processo” e que o “triunfo do Socialismo não é um fato que acontecerá de forma natural”, mas “uma possibilidade histórica que deve ser construída”. No início do século 21, aproxima-se do governo do presidente Lula, mas, em 2006, rompe tanto com o presidente como com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Passa a ampliar sua presença na área internacional com ações conjuntas com partidos e organizações de esquerda de outros países (Portugal Grécia, Rússia, França, Pales-

⁴ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, país formado pela aglutinação de várias repúblicas vizinhas, como Ucrânia, Cazaquistão e Belarus, sob a égide da Rússia, iniciada na Revolução Russa de 1917, liderada por Vladimir Lênin, e consolidada por Stalin em 1922. Foi extinta em 1991.

⁵ <http://portal.pps.org.br>

⁶ <http://pcb.org.br>

tina, Vietnã, Coréia e América Latina), além de fortalecer a União da Juventude Comunista (UJC), cuja atuação se dá em movimentos sociais e políticos Brasil afora.⁷

Por toda essa história, não é errado dizer que o Partidão foi a árvore que mais rendeu frutos na resistência democrática brasileira.

PCdoB

Vimos que a história do Partido Comunista do Brasil caminhou junto com a do antigo PCB, fundado em 1922. Foi na Conferência Extraordinária, realizada na rua do Manifesto, em São Paulo, em 1962, que João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e mais uma centena de camaradas reorganizam o partido, rompendo com o antigo PCB, por considerar “oportunismo” o fato da direção aderir à linha revisionista (a “desestalinização”) imposta por Krushev.⁸

Em 1969, o PCdoB lança o documento “Guerra Popular: Caminho da Luta Armada no Brasil”, influenciado pela revolução chinesa liderada por Mao Tse-Tung. Em 1972, organiza a Guerrilha do Araguaia, no sul do Pará, que durou até 1974. Combatido pelo Exército, Aeronáutica e polícia militar, resistiu o quanto pode, mas não evitou o aniquilamento de seus combatentes, que sucumbiram à “guerra suja” praticada pelas Forças Armadas, cuja meta era “não fazer prisioneiros”.

A campanha do Araguaia é o ponto alto da luta contra a ditadura. Os guerrilheiros Osvaldão, Dina Teixeira, Maurício Grabois e tantos outros são vistos como heróis do PCdoB e do povo brasileiro.⁹ Entre os 61 mortos e desaparecidos, 58 estiveram no Araguaia. Foi uma verdadeira chacina.¹⁰

No século 21, o PCdoB se aproxima do governo do presidente Lula, ocupando ministérios e cargos de primeiro e segundo escalão, e passa a atuar de forma coordenada com os partidos da base aliada. Em 2006, elege 12 deputados federais, 10 estaduais e o primeiro senador desde a eleição de Prestes em 1945, o cearense Inácio Arruda. Em 2007, ajuda a fundar a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), elegendo seu primeiro presidente, o ex-metroviário Wagner Gomes.¹¹

⁷ *idem*

⁸ <http://www.vermelho.org.br>

⁹ <http://www.pcdob.org.br>

¹⁰ *Dos Filhos deste Solo – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.*

¹¹ <http://www.pcdob.org.br>

PCR

O Partido Comunista Revolucionário foi a primeira dissidência do PCdoB, que encampou antigas lideranças das Ligas Camponesas e parte do movimento estudantil. Surgido em 1966, sua atuação ficou restrita aos estados do Nordeste, principalmente Pernambuco.¹²

PCBR

Em 1967, o PCB decidiu pela expulsão de vários dissidentes, dentre eles, Mário Alves, Apolônio de Carvalho¹³ e Jacob Gorenger, que acabaram por fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, com o sonho de instaurar um governo revolucionário, sem nenhuma concessão à burguesia. Porém, mantinha “um pouco” do ideário pacifista herdado do PCB, o que desagradou aos radicais e gerou dissidências.

Em junho de 1968, os militares promovem um massacre na Praia Vermelha, no Rio, matando uma dezena de estudantes e prendendo mais de cem, no episódio conhecido como “Sexta-Feira Sangrenta”.¹⁴ Em janeiro de 1970, Mário Alves é assassinado, sob tortura, na masmorra do Exército na rua Barão de Mesquita, no Rio.

Em dificuldades, o grupo passa a executar rotineiras ações para angariar fundos. A repressão fechou o cerco de 1972 a 1973, assassinando, também no Rio, os membros do 3º Comitê Central.¹⁵ Ao todo, 16 pessoas foram mortas ou desaparecidas, determinando o fim do PCBR.

MRT

O nome Movimento Revolucionário Tiradentes já havia sido utilizado antes do golpe de 1964 por Francisco Julião, um dos líderes das antigas Ligas Camponesas. Em 1969, a sigla estava disponível e o movimento aglutinou a maior parte do Grupo Especial Nacional Revolucionário (GENR), adepto da luta armada.

¹² *Dos Filhos deste Solo* – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.

¹³ Apolônio de Carvalho é conhecido como o “Herói das 3 Pátrias” por ter lutado contra as forças do ditador Franco na Guerra Civil espanhola, na Resistência Francesa na 2.a Guerra e na resistência à ditadura militar no Brasil. Militar de carreira nos anos 1930, foi expulso do Exército e reconquistou a patente de general com a democracia. É dono da carteirinha nº 1 de filiado ao Partido dos Trabalhadores.

¹⁴ *Dos Filhos deste Solo* – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.

¹⁵ *Luta, substantivo feminino - Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* – Tatiana Merlino e Igor Ojeda (orgs.) – Editora Caros Amigos – São Paulo – 2010.

Apesar de contar com pequeno número de militantes, ganhou destaque pela coragem e ousadia – realizou, em março de 1970, junto com outros grupos, o sequestro do cônsul-geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchine, trocado por presos políticos. Especializou-se em “ações de expropriações”, como assaltos a bancos e a carros fortes para financiar a luta contra a ditadura.

Um dos atos mais polêmicos do MRT foi o “justiciamento” (morte), em abril de 1971, do empresário dinamarquês Henning Boilsen, presidente da Ultragás, conhecido colaborador da repressão, responsabilizado pelo martírio e assassinato do líder Devanir de Carvalho (cujo corpo foi encontrado pendurado em um gancho de açougue). Boilsen financiava a Oban, pagava altas “recompensas”, em dinheiro, por cada revolucionário morto¹⁶, além de colocar à disposição da ditadura aviões, viaturas e sítios da empresa – sádico, tinha livre acesso aos porões dos quartéis e, por vezes, ia pessoalmente assistir às sessões de tortura.¹⁷

Com a morte de quatro de seus membros, o MRT foi extinto ainda em 1971.

Polop

Foi uma das primeiras organizações revolucionárias surgidas no Brasil, em 1961.¹⁸ A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), ou simplesmente Polop, nasceu da fusão da Juventude do Partido Socialista do então Estado da Guanabara (Rio de Janeiro) com intelectuais paulistas adeptos do pensamento de Rosa Luxemburgo¹⁹ e mais a Mocidade Trabalhista de Minas Gerais. Em 1967, a Polop se dividiu, formando o Partido Operário Comunista (POC), juntamente com a Dissidência Leninista do PCB e outros grupos, todos dispostos a aderir, imediatamente, à luta armada.

Colina | VPR | VAR-Palmares

As três organizações surgiram de rachas da Polop.²⁰

O Comando de Libertação Nacional (Colina) surgiu em 1968 das dissidências mineira e carioca da Polop, com a adesão de mili-

¹⁶ Consta que o industrial pagou mais de 100 milhões de cruzeiros velhos (dinheiro da época) ao delegado Fleury como “gratificação” pelo assassinato do líder da ALN Carlos Mariighela.

¹⁷ Os carbonários – Alfredo Sirkis – Editora BestBolso – Rio de Janeiro – 2008

¹⁸ Luta, substantivo feminino - Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura – Tatiana Merlino e Igor Ojeda (orgs.) – Editora Caros Amigos – São Paulo – 2010.

¹⁹ Rosa Luxemburgo: revolucionária de origem polonesa, filósofa e economista, personagem destacada entre os socialistas europeus no final do século 19 e início do 20.

²⁰ Dos Filhos deste Solo – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.

tares brizolistas.²¹ Durou cerca de um ano até se unir à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que, por sua vez, também havia se formado em 1968, fruto da união de outros dissidentes da Popolop com militantes do grupo chamado Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), para, finalmente, em 1969, dar origem à Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), uma homenagem direta ao histórico Quilombo de Zumbi e Ganga Zumba.²²

A VAR-Palmares teve curta duração, seguidos rachas resultaram no ressurgimento da VPR e na criação da Dissidência da VAR-Palmares (DVP), sendo completamente desestruturada em 1971. Antes, realizou dos mais espetaculares atos da resistência armada ao se apoderar de cerca de US\$ 2,5 milhões de um cofre do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, escondido na casa de Ana Capriglione, sua secretária e suposta amante, no Rio. O dinheiro era fruto de corrupção e acabou servindo para financiar a guerrilha.

A VPR organizou os sequestros dos embaixadores da Alemanha, Erenfreid Von Holleben (trocado por 40 presos políticos) e da Suíça, Giovanni Enrico Bucher²³ (trocado por 70, dentre eles Frei Tito).

VPR e VAR-Palmares tiveram, como principal líder, o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca²⁴, que, em abril de 1971, ingressou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), onde foi recebido com honras.

Perseguida implacavelmente pela repressão, a VPR foi extinta no final de 1971.

²¹ Em referência ao político trabalhista Leonel de Moura Brizola, que foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual, deputado federal e governador do RS, deputado federal pela Guanabara, governador do RJ (por duas vezes) e fundador do Partido Democrático Trabalhista (PDT) nos anos 1980, pelo qual foi candidato a presidente duas vezes (1989 e 1994) e a vice-presidente na chapa encabeçada por Lula (1998). Faleceu em 2004, aos 82 anos – <http://www.pdt.org.br>.

²² Em 1580, os primeiros negros fugidos da escravidão dos engenhos no Nordeste se instalaram nas matas ao sul da então Capitania de Pernambuco (hoje município União de Palmares, Estado de Alagoas) e se organizaram em comunidades denominadas quilombos. O Quilombo de Palmares perdurou por mais de um século e é considerado um símbolo da resistência africana à escravidão.

²³ Os carbonários – Alfredo Sirkis – Editora BestBolso – Rio de Janeiro – 2008.

²⁴ Carlos Lamarca nasceu no Rio de Janeiro em 27 de outubro de 1937. Filho de operários, formou-se pela Escola Militar das Agulhas Negras em 1960. Em 1962, participou da Missão de Paz da ONU no Egito. Tornou-se capitão em 1967, quando decidiu romper com o Exército e aderir à resistência. No início de 1969, protagonizou uma das mais espetaculares ações da guerrilha ao “expropriar” 63 fuzis, algumas metralhadoras e muita munição do quartel de Quintaúna, em São Paulo, onde servia. Em 1970, em outra ação inacreditável, escapou de um cerco do II Exército, que durou 41 dias, no Vale do Ribeira, interior de São Paulo.

MR-8

O grupo surgiu de uma dissidência do PCB da Guanabara (no início era chamado de DI da Guanabara). Adotou o nome Movimento Revolucionário 8 de Outubro em homenagem à data da morte do líder da Revolução Cubana, Che Guevara, que tombou em 8 de outubro de 1967, nas selvas da Bolívia, capturado pelo exército daquele país.

Consolidou-se entre como uma das mais importantes organizações da resistência armada ao se juntar à ALN²⁵ no sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, que foi trocado por quinze presos políticos. O sucesso da operação – e a imensa repercussão mundo afora – fez com que fosse impiedosamente perseguida pela ditadura, que prendeu, torturou e matou diversos militantes. Foi como integrante do MR-8 que Carlos Lamarca tombou, no sertão da Bahia, em 17 de setembro de 1971. No ano seguinte, o movimento praticamente deixou de existir, os sobreviventes conseguiram exílio no Chile.²⁶

Na metade da década de 1970, o MR-8 passa a se reorganizar, agora como um agrupamento pacífico, abandonado a luta armada. Sua atuação política perdura até os dias atuais, ligado, fundamentalmente, ao movimento estudantil e a setores do PMDB.

MNR

Movimento Nacionalista Revolucionário. Formado logo após o golpe de 1964 pela união de exilados no Uruguai com brizolistas²⁷ que ficaram no Brasil, com destaque para os sargentos, acompanhados de cabos e marinheiros expulsos das Forças Armadas.²⁸ Em 1968, uniu-se a dissidentes da Polop para criar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

O MNR foi o mais proeminente agrupamento entre tantos de viés nacionalista, tais como: Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21) que atuava no Triângulo Mineiro; Movimento de Ação Revolucionária (MAR), de militares presos no Rio; MR-26, cujo nome é em homenagem à guerrilha de Três Passos, ocorrida em 26 de março de 1965; ou o Movimento Independência ou Morte (MIM) e a Resistência Armada Nacional (RAN), estes últimos desarticulados antes mesmo de entrarem em ação.

²⁵ *Aliança Libertadora Nacional. Ver capítulo "ALN"*

²⁶ *Dos Filhos deste Solo – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.*

²⁷ *Simpatizantes de Leonel Brizola.*

²⁸ *Dos Filhos deste Solo – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.*

Todos tinham em comum a busca por reformas de base, a atuação de egressos das Forças Armadas e a simpatia por Leonel Brizola.²⁹

M3G

A sigla é uma referência a Marx, Mao, Marighella e Guevara³⁰. Foi um pequeno grupo político-militar restrito à região Sul, que se caracterizou por atuar em parceria com outras organizações.

Ao menos três de seus integrantes foram mortos: Ângelo Cardoso da Silva, João Batista Rita e Edmur Pércles Camargo. O gaúcho Ângelo teria se suicidado, aos 26 anos, no Presídio Central de Porto Alegre, após inúmeras torturas. O catarinense João Batista havia sobrevivido à tortura em São Paulo e estava na Argentina quando foi sequestrado (junto com o ex-major do Exército, Joaquim Pires Cerqueira, militante da FLN) pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury³¹ em dezembro de 1973. O paulista Edmur, jornalista, negro, 57 anos, desapareceu em meados de 1974.

Ângelo e João Batista haviam sido libertados na troca pelo embaixador suíço. O major Cerqueira (que foi torturado junto com a esposa e o filho) havia ganhado a liberdade em troca do embaixador alemão.

Molipo

O Movimento de Libertação Popular foi criado em 1971 por dissidentes da ALN que voltaram ao Brasil depois de treinamentos de guerrilha em Cuba. A organização nasceu fadada ao fracasso porque, segundo documentos do Dops/SP, a repressão contava com um espião infiltrado desde Cuba, que controlava as ações, informava a identidade e monitorava os passos de cada um dos integrantes.

Uma característica do Molipo era a alta qualificação de seus quadros; a tragédia é que praticamente todos foram dizimados. Futuros sociólogos, engenheiros, juristas, físicos, químicos, professores, diplomatas, arquitetos – estudantes universitários da USP, PUC, UFRJ, Mackenzie –, além de médicos, advogados, músicos, líderes estudantis³², enfim, promissores intelectuais que muito te-

²⁹ *Brasil: Nunca Mais – Arquidiocese de São Paulo – SP.*

³⁰ *Karl Marx: teórico alemão do séc. 19, idealizador do comunismo; Mao Tse-Tung: líder da revolução chinesa de 1949; Carlos Marighella: dos principais líderes da resistência brasileira, membro da ALN, assassinado em São Paulo em novembro de 1969; Ernesto Che Guevara: médico argentino, líder da revolução cubana de 1959, ao lado dos irmãos Raul e Fidel Castro.*

³¹ Ver capítulo “Tortura e Torturadores”.

³² *Dos Filhos deste Solo – Nilmaríro Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.*

riam a contribuir com o País. Mataram 19 deles.

FALN

As Forças Armadas de Libertação Nacional foi o mais importante grupo da resistência originalmente do interior paulista. Nasceu em Ribeirão Preto, em 1967, de uma dissidência do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da cidade. Primeiro, foi denominado de Frente de Libertação Nacional e, mais tarde, definiu-se pelo nome Forças Armadas de Libertação Nacional. Um ano antes, em 1966, estudantes decidem pela luta armada e optam por não aderir a nenhuma organização existente.³³

O agrupamento se espalhou por 40 municípios da região de Ribeirão Preto, reunindo estudantes, intelectuais, operários, camponeses e religiosos. Teve pouca – mas prodigiosa – atuação, sendo desarticulado em 1969 com a invasão de um acampamento próximo a Sertãozinho, que resultou na prisão dos militantes Vanderley Caixe (um dos coordenadores), Mário Bugliani, Áurea Moretti³⁴ entre outros.

Em 1968, a organização passa a se concentrar na zona canieira da região ribeirãopretana e se aproxima dos trabalhadores rurais, recrutando militantes para a guerrilha e realizando treinamentos táticos no campo. O bem sucedido ataque a uma pedreira para a expropriação de dinamite chamou a atenção do delegado-torturador Sérgio Paranhos Fleury, que levou sua equipe para caçar a FALN. A investida de Fleury acabou por prender mais de 500 pessoas, dentre elas religiosos católicos, com destaque para a madre Maurina Borges, barbaramente torturada.³⁵

Vanderley Caixe cumpriu cinco anos, Mário Bugliani quatro anos e Áurea Moretti três anos de prisão – todos foram torturados, inclusive em Ribeirão Preto. Com seus líderes presos, a FALN perdeu força e encerrou suas atividades no final de 1969.

Em 2008, Áurea Moretti, que nasceu na zona rural de São Joaquim da Barra/SP, enfermeira de profissão e hoje obstinada militante ecológica, foi homenageada pela Comissão de Direitos Humanos da 75ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Taquaritinga/SP por sua bravura e determinação.

³³ FALN, *a guerrilha em Ribeirão Preto* – Marcelo Botosso – Holos Editora – Ribeirão Preto/SP – 2006.

³⁴ Ver capítulo “Tortura e Torturadores”.

³⁵ *Idem*.

REDE

A Resistência Democrática era o retrato da multiplicidade de grupos armados de esquerda. O movimento confiava na autonomia das inúmeras células de resistência, que contribuiriam umas com as outras, no intuito de dificultar a identificação dos membros pela repressão e otimizar as ações. Fundada em São Paulo, em 1969, pelo líder Eduardo Collen Leite, o Bacurí, mineiro de Campo Belo, recém saído da VPR (antes militava na Polop), que, pouco depois, ingressou na ALN.³⁶

Em sua curta duração, a REDE se destacou por participar do sequestro do cônsul japonês de São Paulo, em 1970, coordenado pela VPR e, possivelmente, com a ajuda do MRT. O cônsul foi trocado por cinco presos políticos e seus familiares, dentre eles, a mãe católica Maurina Borges da Silveira.

Bacurí foi morto após exatos 109 dias de uma via-crucis inacreditável, que se iniciou no Rio e terminou em São Paulo. Seu corpo foi encontrado dilacerado pela tortura, em São Sebastião, litoral norte paulista, em 08 de dezembro de 1970. Estava com os olhos vazados, dentes arrancados, queimaduras e cortes profundos.

FLN

Em 1969, o ex-major do Exército, Joaquim Pires Cerveira, arregimentou um pequeno agrupamento de ex-militares a fundou a Frente de Libertação Nacional.³⁷ O grupo chegou a apoiar ações da VPR e ALN no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Major Cerveira é um personagem histórico. Ligado à Brizola, foi punido pelo AI-1, passando à reserva. Foi preso em 1965 e absolvido em 1967, no processo militar. Acabou preso, novamente, em 1970, por questão política. Aí, foi levado às profundezas do inferno pelos carniceiros do Dops/RJ, que torturam ele, a esposa e o filho. Todos foram soltos na troca pelo embaixador alemão e se estabeleceram na Argentina. Em 1973, aos 50 anos, o gaúcho Joaquim foi sequestrado, em Buenos Aires, juntamente com João Batista Rita (membro do M3G, também exilado), por policiais brasileiros e argentinos, numa ação típica da Operação Condor, comandada pelo delegado Fleury. Seu corpo nunca foi encontrado.

³⁶ *Dos Filhos deste Solo – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.*

³⁷ *Dos Filhos deste Solo – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.*

Port

O Partido Operário Revolucionário Trotskista era pacifista, contrário à luta armada. Fundado no início da década de 1950, consolidou-se como o mais importante partido ligado às ideias de Léon Trotsky.³⁸ Aliás, desde o final dos anos 1920 e início dos anos 1930, havia, no Brasil, diversos agrupamentos políticos afinados com o trotskismo.

O Port sobreviveu até os anos 1970, mas foi perseguido antes mesmo do golpe de 1964, em pleno governo de João Goulart e, em especial, em Pernambuco, governado, na época, pelo esquerdista Miguel Arraes. Ambos, Jango e Arraes, não aceitaram o envolvimento do Port com as Ligas Camponesas.

Mesmo após o golpe, o Port continuou condenando a luta armada, insistia que a resistência pacífica era o melhor caminho, o que não impediu que três de seus membros fossem assassinados, entre eles Olavo Hansen, que sucumbiu às sessões de tortura no Dops de São Paulo, em 1970, depois de ser preso por distribuir panfletos em uma manifestação pacífica no feriado de 1.º de Maio.³⁹

AP

A Ação Popular também não aderiu à luta armada, nem por isso foi menos perseguida pelos órgãos da repressão. O embrião da AP foi a JUC (Juventude Universitária Católica). O grupo adotou como base filosófica o socialismo humanista. Consolidou-se em junho de 1962, tendo à frente líderes estudantis, como Herbert de Souza (o Betinho) e José Serra, que passaram a contar com a adesão de lideranças camponesas e operárias.

Na segunda metade da década de 1960, a organização se aproxima do pensamento marxista e das ideias do líder da Revolução Chinesa, Mao Tse-Tung, deslocando o foco das fábricas para o meio rural.⁴⁰ Pelo menos dez integrantes foram mortos pela ditadura e muitos amargaram o exílio.

Em 1969, uma parte dos militantes discordou da linha maoísta e fundou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que pegou em armas em ações em São Paulo e Rio – e sofreu as

³⁸ Léon Trotsky, um dos líderes da Revolução Russa de 1917, expulso da URSS nos anos 1920, perseguido e assassinado a mando de Stalin quando estava exilado no México.

³⁹ *Dos Filhos deste Solo* – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.

⁴⁰ *Projeto Brasil: Nunca Mais* – Editora Vozes – Petrópolis/RJ – 1988.

consequências, sendo desarticulado em 1971. Nesse ano, a maioria da AP juntou-se ao PCdoB e os remanescentes adotaram o nome AP-ML (Ação Popular Marxista Leninista⁴¹). Era o fim da AP, principal representante da “esquerda cristã”.

³⁹ *Dos Filhos deste Solo* – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.

⁴⁰ *Projeto Brasil: Nunca Mais* – Editora Vozes – Petrópolis/RJ – 1988.

⁴¹ *Em referência a Vladimir Lênin, líder da Revolução Russa de 1917.*

Estado de São Paulo,
 M. A. N. D. A.
 Diretor do D.O.P.S.
 ...do-lhe este apresentado, indo por mim assinado,
 ...recolher a prisão competente ... ou
 ...o acusado, FRANCISCO EMANUEL FERREDO,
 ...Correios Pentecostais e de Nadir Pereira
 ... Juízo decretado sua prisão preventiva com
 ...seus seguintes do CPPM, ref. ao Proc. 100/72.
 Dado e passado nesta cidade e Capital do
 ...da 2.ª Auditoria da 2.ª C.J.M., aos 23 dias
 ...de 19 72 Eu, ROBERTO
 ...Escrivão, que o fiz datilografar
 ...Comissão Especial Dec. 34
 ...Arquivo D.O.P.S.
 ...Chefe de Serviço
 ...Juiz Auditor

... nº 023/72 - SNI, consta
 ... (Movimento de ...
 ... em O. da, Curso ...
 ... A.L.N.
 ... nº 12/73-DISESP, consta que ...
 ... MANDADO DE PRISÃO contra o nome ...
 ... de Gazeta de Povo, consta que a ...
 ... de segurança de São Paulo, juntamente
 ... Arreda Guedes da Rocha e Francisca ...
 ... antecessas à A.L.N. v/p recorte de jornal.
 - No inquérito que apurou as atividades de A.L.N.
 e MOLIPO, o nome do fichado figura as folhas
 266, 315 e 364, com o nome indiciado. V/p A.L.N.
 MOLIPO. - DOPS/SP. -
 Conf. Jornal do Brasil de 23/03/78 o fichado
 data no dia 15/03/78. (V/P-Dia Nacional do P)

DELEGACIA DE ...
 FRANCISCO EMANUEL FERREDO
 17/04/72
 Comissão Especial Dec. 34
 Arquivo D.O.P.S.
 Chefe de Serviço
 Juiz Auditor

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 DEPENDÊNCIA DELEGACIA ESPEC. DE ORDEN SOCIAL
 Documentos de identidade com a foto de FRANCISCO EMANUEL FERREDO, com o nome falso de "Wagner Peleico de Souza", e os utilizados.-

Tortura e torturadores

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
 DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Polígrafo Direto



005.339

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 DEPENDÊNCIA DELEGACIA ESPEC. DE ORDEN SOCIAL -
 ... identidade com a foto de FRANCISCO EMANUEL FERREDO, por ele =
 ... falso de "Paulo Roberto Siqueira", por ele =

SECRETARIA DE MINAS GERAIS
 DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL
 CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
 Nº 2443
 PAULO ROBERTO SIQUEIRA

10 - GERAL

Mortos ontem na Penha três

... grupo antes do ...
 ... Francisco Emanuel Ferredo, ...
 ... Uca Almeida da A.L.N. ...
 ... católicos ...
 ... de cruceiros ...
 ... malvadez ...
 ... no ex-procurador ...
 ... nas Gerais ...
 ... e-Horácio de ...
 ... e São Paulo ...
 ... dade de ...
 ... Xavier ...
 ... a terrível ...
 ... de ...
 ... de ...
 ... de ...

... Liberadora Nacio-
 ... O distrito municipal
 ... de circunscrição onde
 ... ocorreu o ato parricida
 ... documentos nos arquivos de
 ... segurança, que, por ter
 ... desde bastante tempo, in-
 ... ceram as diligências in-
 ... cas.

... TRES TERRORENAS
 ... MORTOS
 ... ontem, por culpa de
 ... e homicídio de
 ... sacaram de suas armas,
 ... incluindo-se entre as vic-
 ... tims e ainda feridos um
 ... agente de segurança e
 ... uma criança de nome
 ... Agrencia Estadual Ro-
 ... que passava pelo
 ... local. O policial foi se en-
 ... contra-luz de praga an-
 ... quando a mulher oportu-
 ... da, foi transportada para
 ... reabilitação, portavam
 ... duas feridas. De sua
 ... uma criança de doze
 ... meses, vítima de do mes-
 ... mo tipo de homicídio. O
 ... morto de nome ...
 ... Moreira ...

... De feridas morfo in-
 ... tando os olhos dos ...
 ... do Cardoso de ...
 ... Presidente do ...
 ... Nacional de ...

A tortura foi adotada pelo regime militar muito antes do início da resistência armada. Dias depois do golpe, os primeiros suspeitos de “subversão” a serem torturados eram do Nordeste. A tortura se difundiu com o tempo e se intensificou depois de 1968.¹

Os métodos se tornaram cada vez mais violentos, ultrapassando todos os limites, até que a degradação se transformou numa insanidade cruel, numa brutalidade inconcebível, a mais pura expressão de sadismo bestial que se possa imaginar.

Todos os comandantes militares podem ser responsabilizados pela tortura, mas, se for possível eleger o “pior dos piores”, sem dúvida, o general Emílio Garrastazu Médici. Sob suas ordens ocorreram os casos mais tenebrosos e injustificáveis – Médici foi a personificação da maldade, faz jus à fama de monstro desumano.

Incontáveis militares de menores patentes e agentes civis abusaram do arbítrio e muitos mostravam um mórbido prazer em infligir sofrimentos aos presos políticos. O mais notório foi o delegado paulista Sérgio Fernando Paranhos Fleury, que se vangloriava de ser o mais sádico entre os sádicos – antes de atuar na repressão política, se destacou como principal agente e mentor do “Esquadrão da Morte”.² Segundo apurou o então promotor de Justiça Hélio Bicudo, o delegado mantinha relações escusas – e corruptas – com traficantes de drogas, dos quais recebia propinas em dinheiro (ou em drogas) para que a polícia os deixasse em paz. Consta que Fleury fazia uso de entorpecentes para “comandar as matanças”.³

Dentre os algozes, destacam-se, ainda, o hoje coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o DOI/Codi entre 1970 e 1974; Alfredo Buzaid, ex-integralista, um fascista que ocupou o ministério da Justiça no início dos anos 1970; e Leonardo Grecco, seu chefe de gabinete.

Havia muitos outros: na rua Tutóia, São Paulo, os presos eram “repcionados” por torturadores subordinados ao general José Canavarro Pereira. Dentre eles, havia um sargento que ficou conhecido como “Risadinha” pelas risadas histéricas que soltava enquanto martirizava suas vítimas, e um peculiar capitão, que era algoz de dia, quando praticava as piores violências e, à noite, se

¹ *Brasil de Castelo a Tancredo* – Thomas Skidmore – Editora Paz e Terra – Rio de Janeiro – 1988.

² Ver capítulo “Terror Terceirizado”.

³ *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte* – Hélio Pereira Bicudo – Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo – São Paulo – 1976.

travestia de “pastor evangélico”, pregando e distribuindo exemplares da Bíblia aos mesmos presos que horas antes havia dilacerado.⁴ Podemos citar também o “Raul Careca”, integrante do grupo paramilitar CCC, e o famigerado escrivão “Mangabeira”, conhecido por atos de selvageria contra mulheres e crianças.

Os torturadores estavam em todos os lugares. Em Ribeirão Preto, a igreja católica chegou a excomungar dois delegados da cidade por terem permitido a prisão – e a tortura – da freira Maurina Borges da Silveira.⁵

Nos fins da década de 1970 e início dos anos 1980, a tortura ainda galgava impune, mesmo depois do desmantelamento da resistência armada. Ganharam notoriedade o coronel do Exército e secretário de Segurança Pública de São Paulo, Erasmo Dias, e o general Newton Cruz, ex-chefe do SNI e comandante militar do Planalto. Ambos representavam os últimos trogloditas da mais horrenda fase de nossa história contemporânea.

Os métodos de tortura eram diversificados e alguns se solidificaram. De modo geral, a vítima era detida com agressividade, imobilizada, amarrada nos pés e nas mãos, jogada em uma viatura e levada aos centros de tortura. Lá, era enjaulada em uma cela minúscula e insalubre, invariavelmente escura, quente e extremamente suja, quase sempre na companhia de outros presos. Por vezes, todos eram mantidos em suas celas superlotadas, com as visitas restritas e sem direito nem mesmo a poder sair para um banho de sol.⁶

Imediatamente, a vítima passava a ser espancada, privada do sono, sem água nem comida – era como se fosse uma prévia do inferno que viria a seguir. Depois, começavam as sessões de tortura propriamente dita.

Passamos a descrever, resumidamente, as principais FORMAS E MÉTODOS DE TORTURA.

O mais utilizado era o **Pau de Arara**:

Esse método é remanescente da época da escravidão. Consistia em dois cavaletes de madeira de um metro e meio de altura, onde se encaixava, na parte superior, um cano de ferro. A vítima, despida, tinha os pulsos e tornozelos amarrados, de forma que os joelhos eram abraçados pelos braços, e, no espaço entre os joelhos

⁴ Cala a boca, jornalista – Fernando Jorge – Editora Vozes – São Paulo – 1990.

⁵ Luta, substantivo feminino - Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura – Tatiana Merlino e Igor Ojeda (org.) – Editora Caros Amigos – São Paulo – 2010.

⁶ Cartas da prisão – Frei Betto – Editora Civilização Brasileira – Rio de Janeiro – 1977.

e os cotovelos, introduzia-se uma barra de ferro. O interrogado era então içado sobre os cavaletes, o que causava uma dor intensa, pois, ao ficar pendurado, de cabeça para baixo, a tração fazia com que a circulação sanguínea se paralisava tanto nos membros superiores como inferiores. Nessa posição, o prisioneiro ficava à mercê de todo tipo de agressão. Segundo os próprios militares, o tempo máximo para que alguém consiga ficar pendurado antes de morrer era de quatro horas. Contudo, na maioria das vezes, o suplicado morria após duas ou três horas.⁷

Galeto:

Consistia em acender uma fogueira debaixo da vítima pendurada no pau-de-arara, para causar uma morte lenta e dolorosa por queimaduras. Só encontramos relatos similares no auge da Idade Média.

Choques elétricos:

A aplicação de choques elétricos era uma constante, seja no “pau de arara” ou em outras oportunidades. Os torturadores prendiam um fio de cobre no lóbulo da orelha, passando pelos lábios, nariz ou pescoço e descarregavam um potente choque elétrico, que traspassava pela cabeça e provocava uma contração tão forte nos músculos da face que fazia com que o torturado mordesse a própria língua, a ponto de estraçalhá-la. Se sobrevivesse, a vítima ficava impossibilitada de se alimentar por vários dias.⁸

Outra modalidade era o **Clister Elétrico**, que consistia em promover descargas na região anal, que causava o relaxamento dos esfíncteres e, conseqüentemente, a evacuação involuntária. A vítima era impedida de se limpar e ficava dias a fio suja de fezes, que, ao entrar em contato com a carne viva das feridas abertas pelos espancamentos anteriores, acabava por causar infecções.

Ainda em relação aos choques, havia a **Manivela**, também chamada de **Pimentinha**, uma máquina assemelhada a um dínamo, com fios atados ao corpo da vítima e manobrada por uma manivela, que, quanto mais rápido fosse girada, maior a intensidade do choque elétrico.

⁷ *Tortura - A história da repressão política no Brasil - Antonio Carlos Fon - Editora Global - São Paulo - 1980.*

⁸ *Idem.*

Cadeira do Dragão:

Uma cadeira de encosto alto, com o assento (e outras partes) de ferro, e eletrodos espalhados, na qual a vítima era amarrada e recebia choques por todo o corpo. Para aumentar o suplício, o preso era molhado com salmoura, o que intensificava o poder das descargas elétricas.

Mesa elástica:

O preso político era deitado sobre uma mesa móvel, amarrado pelas mãos e pés, e esticado para os lados opostos, causando o rompimento de nervos e tendões, e, muitas vezes, a morte.

Corredor polonês:

Vários torturadores se prostravam nos dois lados de um estreito corredor, pelo qual a vítima era obrigada a passar e receber socos, pontapés e golpes de cassetetes.

Ferrinhos:

A tortura milenar de enfiar pedaços de ferros e agulhas debaixo das unhas.

Latinhas:

Os torturadores obrigavam o torturado a permanecer em pé, descalço, sobre latas com bordas cortantes, até que penetrassem na carne.

Hóstia sagrada:

Consistia em aplicar, com um instrumento de ferro, pesadas descargas elétricas sobre a língua. Essa tortura era largamente utilizada nos presos políticos ligados aos movimentos religiosos, notadamente da igreja católica.

Telefone:

Golpes dados com as mãos abertas ou em “concha” nos dois ouvidos ao mesmo tempo, que causavam o rompimento dos tímpanos e, por consequência, surdez.

Hidráulica:

Forçar a vítima a ingerir grandes quantidades de água, que podia levar à morte.

Submarino:

A imersão forçada em tonéis de água, com afogamento parcial - muitas vezes, a vítima acabava morrendo afogada.

Banho Chinês:

Mergulhar a cabeça da vítima em uma tina de água fervida ou de óleo quente.

Roleta russa:

O torturador carregava o revólver com uma só bala e atirava às cegas na vítima. A cada disparo “falso”, o torturado sofria imenso dano psicológico; se o acaso encontrasse a bala na agulha, era assassinado.

Palmatória:

Outro método antigo recuperado pelos militares. Um instrumento de madeira, semelhante a uma colher grande, geralmente com furos, com o qual se aplicava golpes nas palmas das mãos, causando a quebra dos ossos e danos permanentes.

Mesa operatória:

Uma mesa comum, ou uma maca, sobre a qual a vítima era amarrada e submetida a todo tipo de suplício.

Strip-tease:

Visava humilhar o preso, obrigando-o a se despir na frente dos torturadores.

Curra:

Violência sexual praticada contra homens, que eram violentados, e mulheres, que eram estupradas por vários agentes.⁹

Sala Frigorífica:

Algumas instalações militares possuíam um pequeno cômodo, um cubículo de 2m², que funcionava como um freezer, onde as vítimas (às vezes, três ou quatro amontoadas) eram submetidas a baixíssimas temperaturas horas a fio.

⁹ *Cala a boca, jornalista – Fernando Jorge – Editora Vozes – São Paulo – 1990.*

Coroa de Cristo:

Um torniquete de aço que vai apertando gradativamente o crânio da vítima.¹⁰

A diversidade englobava formas extravagantes de tortura; a mórbida criatividade é impressionante. Destacamos algumas:

Métodos biológicos:

Os presos eram submetidos a situações estressantes, como sons angustiantes, cheiros repelentes, luzes contínuas e ofuscantes.

Métodos psíquicos:

Os torturadores faziam constantes ameaças de morte e simulavam execuções para intimidar as vítimas.

Métodos físicos:

As vítimas eram submetidas a desobturações dos dentes (sem anestesia nem assepsia), tinham o corpo perfurado e muitos foram castrados.

Métodos microbiológicos:

Tentativas de contaminar as vítimas por doenças contagiosas, como a lepra.

Métodos com animais:

Utilizavam animais ferozes, como jacarés e ratos esfomeados, postos em contato com as vítimas indefesas e fragilizadas por torturas anteriores.

Métodos químicos e farmacológicos:

Os torturadores aplicavam substâncias químicas nos olhos e nas mucosas nasais, orais, anais e genitais, que causavam irritações insuportáveis.¹¹

A TORTURA SEXUAL era sistematicamente utilizada contra homens e mulheres. Mas quando a vítima era do sexo feminino, os torturadores eram ainda mais violentos – e sádicos. Bestiais.

Há relatos de estupros praticados por vários agentes contra a mesma presa política, que, de imediato tinha a roupa rasgada

¹⁰ *Luta, substantivo feminino - Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura - Tatiana Merlino e Igor Ojeda (org.) - Editora Caros Amigos - São Paulo - 2010*

¹¹ *Cala a boca, jornalista - Fernando Jorge - Editora Vozes - São Paulo - 1990.*

e, depois era seviciada em uma curra coletiva. Em seguida, aplicavam choques elétricos nos seios e na vagina e a espancavam até que desmaiasse de dor. Além do sofrimento físico, os bárbaros buscavam humilhar, degradar, desumanizar a suplicada.

As torturas nas mulheres eram feitas sob xingamentos, como “vaca”, “puta”, “galinha”.¹² A militante Sônia Maria de Moraes Angel Jones, companheira de Chiquinho na ALN e esposa de Stuart Edgar Angel Jones (cuja história se imortalizou no filme *Zuzu Angel*, de Sérgio Rezende¹³) foi violentada com cassetete e, acredite, teve os seios arrancados com alicate antes de ser morta a tiros.¹⁴

Os insanos algozes não escolhiam vítimas. Ganhou relevância o caso da mãe católica Maurina Borges da Silveira, presa no interior de São Paulo e terrivelmente torturada.¹⁵ A religiosa só seria libertada em 1970, em troca do cônsul do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchiem, sequestrado pela VPR e pela REDE e, possivelmente, com a ajuda do MRT.

Há casos extremos de crianças e bebês de colo que foram torturados na frente de suas mães e seus pais, e de grávidas que sofreram abortos em consequência dos maus tratos – ou por intervenção direta dos algozes, que introduziam arames vagina adentro, até alcançar o útero para causar a morte do feto. Muitas guerreiras sucumbiram e tantas que sobreviveram tiveram – e têm – que conviver com um trauma psicológico pelo resto de suas vidas.

A ex-militante das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), Áurea Moretti, que sobreviveu para contar sua história, relatou que foi torturada em Ribeirão Preto, pelas mãos do carrasco Miguel Lamano, delegado que conseguiu a proeza de ser expulso da polícia por ser excessivamente violento: “Me jogaram água, o bombeiro me amarrou na cadeira e começou a sessão de choque elétrico praticamente a noite inteira, e eu nua, apanhando. Eram choques nos seios, no ventre, na vagina, dentro do ouvido... Era um pesadelo”.¹⁶

Era contra esses facínoras que Chiquinho lutava.

¹² *Luta, substantivo feminino - Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* - Tatiana Merlino e Igor Ojeda (org.) - Editora Caros Amigos - São Paulo - 2010.

¹³ <http://www.br.warnerbros.com/zuzuangel>

¹⁴ *O calvário de Sônia Angel* - João Luiz de Moraes e Aziz Ahmed - Gráfica Mec Editora - Rio de Janeiro - 1994.

¹⁵ *FALN, a guerrilha em Ribeirão Preto* - Marcelo Botosso - Holos Editora - Ribeirão Preto/SP - 2006.

¹⁶ *Luta, substantivo feminino - Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* - Tatiana Merlino e Igor Ojeda (orgs.) - Editora Caros Amigos - São Paulo - 2010 - página 148.

As altas esferas da ditadura militar encamparam a ignóbil tese de que a tortura era um método eficaz de interrogatório para “assegurar a defesa nacional”. Do mesmo modo, concluíram que eliminar adversários e líderes de organizações ou partidos que lhes eram hostis (matando-os ou desaparecendo com eles) fazia parte da guerra que estava sendo travada e, portanto, atos aceitáveis. Às favas com os escrúpulos, danem-se os direitos humanos.

Não demorou e o governo institucionalizou as prisões arbitrárias, torturas, execuções sumárias e desaparecimentos, criando órgãos especializados e/ou adaptando os já existentes, com a infra-estrutura necessária para tais práticas, realizadas de forma sistemática, sobretudo após o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968.

Mas o governo já vinha preparando o caminho para a violência estatal desde a deflagração do golpe, em 1º de abril de 1964. A cada novo Ato Institucional, seguia-se um emaranhado de Atos Suplementares, decretos-lei, decretos executivos, normas, portarias, etc., uma “farsa jurídica” de um regime mais e mais opressivo. Em janeiro de 1967, impõe uma nova Constituição, declaradamente antidemocrática, não obstante ter sido “aprovada” pelo Congresso. Em fevereiro, promulga a Lei de Imprensa para garantir que a violência governamental ficasse em segredo.

O AI-3, editado no início de 1966, no governo Castelo Branco, entre outras determinações, cria o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informação do Exército (CIEEX) e o Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA), com a missão de se juntar aos órgãos policiais já existentes, DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais), DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), Polícia Federal e polícias militares (principalmente as P-2, responsáveis pelo policiamento velado), para perseguir, prender, torturar e matar adversários.

Em julho de 1969, os militares decidem unificar o controle da extensa rede de repressão. Surge, então, a Operação Bandeirantes (OBAN), que, a princípio, passa a funcionar nas sedes do CENIMAR, CIEEX e CISA. A OBAN “caiu nas graças” de muitos empresários pró-governo, especialmente de São Paulo, que passam a financiá-la com dinheiro ou disponibilizando equipamentos, veículos e locais (casas, galpões, sítios etc.).

A ingerência dos militares na repressão política gerou discussões sobre eventual “conflito de jurisdição” com as polícias civis estaduais, às quais cabia o papel de “investigar e combater” as ações subversivas. Havia, na época, um clima de rivalidade entre policiais civis e militares, que não interessava ao poder central, exercido pelas Forças Armadas.

Para resolver esse entrave burocrático, os militares reorganizam duas estruturas repressivas: cada região militar tinha um Comando Operacional de Defesa Interna (CODI), subordinado ao respectivo destacamento do Exército regional; um nível abaixo, o Destacamento de Operações Internas (DOI), subordinado à autoridade local. Tratava-se de uma força de ataque “mista”, de militares e policiais, todos em trajes civis.¹ Por atuar em conjunto, o aparato ficou conhecido como DOI-CODI.

A situação piora com a chegada do general Garrastazu Médice, em 1970. Seguiram-se quatro anos de barbárie humanitária e, ao mesmo tempo, de “milagre econômico”: o País cresce cerca de 10% ao ano, investimentos externos jorram aos bilhões de dólares em colossais obras públicas (como Transamazônica e Itaipu), aumentam o emprego e a renda.

O governo brasileiro atuava diretamente na economia, “parceiro comercial” das multinacionais, a maioria com sedes em países “democráticos” como EUA, Alemanha, Suíça, Reino Unido, Itália, todos signatários de tratados internacionais que proíbem violações aos direitos humanos. Acontece que, no exato momento que os “capitalistas democratas” assinavam um contrato bilionário com o governo da ditadura, cidadãos brasileiros eram submetidos às piores degradações!

(Esse foi o último capítulo que inseri no livro. Hesitei em colocá-lo porque o tema foi abordado nos capítulos anteriores. Decidi apresentá-lo como uma espécie de “provocação” à reflexão e, confesso, para situar a realidade que Chiquinho vivia).

A tortura e a morte tinham razões táticas e estratégicas para o governo, era uma política de Estado, uma prática escancarada. As perseguições, prisões, torturas e desaparecimentos partiam de agentes estatais, funcionários públicos, militares e civis, pagos pelo Tesouro Nacional. As seções de torturas ocorriam nas dependências do Estado, nos níveis federal e estadual, civil e militar, e até

¹ *Brasil de Castelo a Tancredo* – Thomas Skidmore – Editora Paz e Terra – Rio de Janeiro – 1988.

em instalações privadas. O pau comia em delegacias (jurisdição da polícia civil), sedes da Polícia Federal (ministério da Justiça), destacamentos (PMs), presídios (secretarias estaduais de Segurança Pública), quartéis do Exército, Marinha e Aeronáutica – e em sítios e galpões cedidos por empresários simpatizantes da ditadura.

A imprensa era oficialmente censurada – ou havia sido cooptada. Todos sabiam das torturas; aqui e ali, sempre tinha alguém que sabia de um parente, amigo, conhecido que sofrera torturas. A classe média sabia, os pobres sabiam, os ricos não tinham como não saber! Os governos estrangeiros sabiam, os investidores sabiam, os EUA sabiam. A França, a Alemanha e a Suíça sabiam. A ONU sabia. Por que não pararam a barbárie? Por que não se levantaram? Chiquinho foi um dos que se levantaram.

O que parecia não poder ser pior, qual o quê, os opressores se superaram: surge a Operação Condor.

A ditadura militar incentivou, aparelhou e deu cobertura a grupos paramilitares adeptos ao governo de exceção, que se empenhavam em combater as organizações da resistência e a perseguir quem se opusesse aos generais ou fosse considerado “comunista”, “socialista”, simpatizante da esquerda, enfim, todo aquele identificado por eles como “subversivo”.

Suas ações eram secundárias, mesmo assim, causaram grandes estragos e contribuíram para disseminar o clima de terror e insegurança. Praticavam atentados, faziam ameaças e intimidações, porém, a principal parceria com a ditadura se dava nas delações. Os dedos-duros “autônomos”, “terceirizados”, pavimentaram o caminho para que tantos jovens acabassem trucidados nas masmorras, mortos sob tortura ou desaparecidos.

Os agrupamentos de direita carecem de melhor análise e de estudos mais aprofundados. A literatura ainda é restrita, pouco se sabe sobre essas organizações paramilitares - essa outra face do mesmo terrorismo estatal que atormentou a juventude brasileira entre as décadas de 1960 e 1980 permanece obscura.

Faremos, aqui, um apanhado, um resumo, das principais associações colaboracionistas:

TFP

A Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade é uma entidade religiosa, católica fundamentalista, de extrema direita, que ganhou força entre os conservadores já na década de 1950 ao se contrapor a setores da igreja que apoiavam as lutas populares (que precedeu ao que viria a ser a “Teologia da Libertação”).¹

O ideário da TFP mesclava uma pregação religiosa fanática com treinamento paramilitar, a flertar com o fascismo. Em 1960, a instituição passou a ter personalidade jurídica, sob a presidência do ultraconservador Plínio Correia de Oliveira. Em 1969, assumiu possuir cerca de 1.500 adeptos e, na metade dos anos 1970, cogitou-se que seriam mais de 4.000 – com a “garra” típica dos fanáticos religiosos.²

No final dos anos 1970, a TFP se auto-proclamou uma organização composta por “intelectuais de direita contrários ao avanço do comunismo”. Na década seguinte, aproximou-se de organiza-

¹ *Os senhores da direita* – Delcio Monteiro de Lima – Edições Antares – Rio de Janeiro – 1980.

² *Idem*.

ções estrangeiras, notadamente norte-americanas, às vésperas da eleição do presidente Ronald Reagan³. A TFP existe até os dias de hoje e organiza campanhas contra a reforma agrária (para eles, uma bandeira dos comunistas), contra o direito ao aborto e contra o Projeto de Lei da Parceria Civil Registrada. Possui fortes financiadores, não somente da alta hierarquia da igreja católica, como também de setores do grande empresariado.

ESQUADRÃO DA MORTE

Após o golpe de 64, a antiga Força Pública (hoje Polícia Militar) ganhou projeção e se preparou para se impor sobre a Polícia Civil. Esta, por sua vez, tentou manter seu status perante o novo regime e, para isso, se valeu da mais ordinária violência, com a escusa de combater a crescente onda de criminalidade.⁴ O Esquadrão da Morte, pois, era composto por policiais civis, com maior inserção na grande São Paulo.

A princípio, visava “eliminar” criminosos comuns, marginais da periferia. Tratava-se de um aparato paraestatal, com a complacência das autoridades e a simpatia da imprensa conservadora. Não demorou para o Esquadrão se mancomunar com traficantes de drogas, quadrilhas especializadas em prostituição e outras fraudes, de quem recebia propinas em troca de impunidade. O modus operandi consistia em retirar os presos das penitenciárias, sobretudo do Presídio Tiradentes, submetê-los à tortura, executá-los e jogar seus corpos na beira das rodovias. Havia uma peculiaridade: para cada policial morto, dez presos eram sumariamente sacrificados.

Com o tempo, as vítimas não mais se restringiam a criminosos comuns, os presos políticos também passaram a ser alvos. Foi através das ações do grupo que se projetou o famigerado delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, então lotado no DEIC⁵, recrutado pela ditadura para combater as organizações de esquerda.

Nos anos 1970, o Poder Judiciário foi colocado em xeque pelo Ministério Público paulista, que denunciou os policiais envolvidos no Esquadrão da Morte, não por crimes políticos – cuja competência para julgar recairia na Justiça Militar –, mas pelos assassinatos de criminosos comuns, cidadãos (mesmo que facín-

³ Político estadunidense, do partido Republicano, conservador, que governou os EUA por oito anos e elegeu seu sucessor, George Bush (pai), que era seu vice..

⁴ Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte – Hélio Pereira Bicudo – Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo – São Paulo – 1976.

⁵ Departamento Estadual de Investigações Criminais.

ras) civis, cuja apuração seria da jurisdição da Justiça Estadual, já que não havia vinculação política. A ditadura, então, mostra sua força e impede qualquer punição.

O Esquadrão da Morte deixou de perseguir e matar militantes políticos ainda na década de 1980, todavia, seu “fantasma” está a vagar, atravessando os tempos, e, infelizmente, parece que vagará por esse século 21. A desproporcional reação da polícia de São Paulo ao “salve geral” imposto pelo PCC⁶, que paralisou o Estado em 2008 (teriam morrido cerca de 500 “suspeitos” nas favelas paulistas), as ativas milícias cariocas (de características paramilitares), ou as péssimas condições e maus tratos que imperam nas cadeias e penitenciárias do País inteiro, são alguns de seus nefastos frutos.

CCC

O Comando de Caça aos Comunistas foi criado em 1963 por agentes da repressão infiltrados nas universidades, onde cooptavam estudantes conservadores e reacionários, de classe-média, dispostos a fazer o jogo sujo da ditadura. Um núcleo considerável se estabeleceu na Universidade Mackenzie, havia infiltrados também na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) e na Pontifícia Universidade Católica (PUC), em São Paulo. O CCC tinha como tática a intimidação. A mais notória era invadir teatros em plena apresentação das peças taxadas de “subversivas” e agredir atores e platéia, como ocorreu no teatro Oficina durante a encenação de *Roda Viva*, de Chico Buarque, em 17 de junho de 1968.

Para ingressar no grupo, o interessado era submetido a testes para saber sua ideologia política, quais livros tinha lido, a opção sexual e religiosa e até se sabia o Hino Nacional de cor. Um fator era determinante: que odiasse os “esquerdistas”. Caso a cúpula se convencesse da identificação ideológica, o recém chegado recebia treinamento militar⁷. Muitos adeptos do CCC almejavam se tornar delegados ou policiais civis, “funcionários oficiais” do aparato estatal, notadamente do Dops. Andavam armados e tentavam “impressionar os futuros patrões” intimidando, agredindo e delatando os “subversivos”.

O grupo ganhou publicidade no episódio que ficou conhecido como “A Batalha da Maria Antônia”, nome da rua do centro de

⁶ *Primeiro Comando da Capital, organização criminosa infiltrada nos presídios paulistas, com tentáculos espalhados por outros Estados.*

⁷ *Maria Antônia a história de uma guerra – Gilberto Amêndola – Ed. Letras do Brasil – São Paulo – 2008.*

São Paulo que, de um lado, abrigava a Faculdade de Filosofia da USP, cujos estudantes, de esquerda, eram ligados à UNE⁸ e à UEE⁹, e, de outro, a Universidade Mackenzie, onde operavam muitos ativistas do CCC. A UEE, em São Paulo, era mais atuante que a própria UNE, seu presidente era José Dirceu, jovem líder vindo da PUC. O CCC tinha entre seus líderes Raul Nogueira de Lima, o “Raul Careca”, violento policial do Dops, mais velho que a média dos estudantes, cuja fixação em perseguir a esquerda estudantil beirava à psicopatia.¹⁰

Há tempos os ânimos entre os alunos das duas universidades estavam exaltados, a ponto de nenhum estudante de uma ou outra poder estacionar o carro do lado “errado”, sob pena de ser alvo de vandalismo. Em 03 de outubro de 1968, eclode a “Batalha da Maria Antônia”: a via pública vira um campo de guerra, os adversários entrincheirados frente a frente. UNE e UEE resistem ao CCC, tiros são disparados, voam coquetéis molotov, o resultado foi muitos feridos e a trágica morte de José Guimarães, um adolescente sem nenhuma ligação com os conflitantes, que cursava o segundo grau no Colégio Professora Marina Cintra, situado nas proximidades, na rua da Consolação.

MAC | FAC

O Movimento Anticomunista (MAC) e a Frente Anticomunista (FAC) eram dois grupos paramilitares que se abrigavam, principalmente, na Universidade Mackenzie, em São Paulo, e se espelhavam no CCC para intimidar a população em geral e os estudantes em particular – e delatar suspeitos de ligações com a resistência democrática.

Ambos visavam, sobretudo, mostrar insatisfação com o incipiente processo de abertura iniciado pelo general Ernesto Geisel em 1974, que julgavam ser “imprudente”. Perpetravam atentados pontuais para se contrapor ao próprio governo na busca de um retrocesso; queriam o fechamento do governo e o endurecimento do combate contra as forças democráticas.¹¹

⁸ <http://www.une.org.br>

⁹ <http://www.ueesp.org.br>

¹⁰ *Maria Antônia - A história de uma guerra* – Gilberto Amêndola – Ed. Letras do Brasil – São Paulo – 2008.

¹¹ *Os senhores da direita* – Delcio Monteiro de Lima – Edições Antares – Rio de Janeiro – 1980.

SCUDERIE LE COQ

O pomposo nome afrancesado não passava de mero eufemismo para “aliviar” a grotesca atuação do grupo e ganhar a simpatia da classe-média. Fundado no Rio de Janeiro em meados de 1965 para vingar a morte do delegado Milton Le Cocq, assassinado pelo criminoso comum (sem vinculação política) Manuel Moreira, conhecido como “Cara de Cavalo”.

Também chamado de Esquadrão Le Coq, se assemelhava ao Esquadrão da Morte. No início, visava “limpar a cidade” com o extermínio de facínoras e bandidos que habitavam as favelas da então Guanabara. Não tardou para se transformar numa organização paramilitar a serviço da repressão política, liderada pelos autodenominados “Doze Homens de Ouro”, os “mais durões” policiais cariocas – o principal era o ex-delegado Sivuca, que chegou a ser eleito deputado estadual com o bordão “bandido bom é bandido morto”.

A Scuderie Le Coq se especializou em assassinar defensores dos Direitos Humanos. No auge, atingiu o expressivo contingente de cerca de 7000 membros. Se enraizou no Estado do Espírito Santo, onde chegou a contar com mais de 800 adeptos, a maioria de agentes públicos, policiais civis e militares, oficiais das Forças Armadas, delegados, políticos – e até advogados, promotores e juízes. Conseguiu “legalizar-se” como uma “associação civil”, com personalidade jurídica. Contestada na Justiça pelo Ministério Público, a seção capixaba foi extinta, oficialmente, em 2006, por decisão judicial. Em São Paulo, desapareceu nos anos 1970; ainda tenta resistir, melancolicamente, no Rio, diante do ocaso inevitável.

FALANGE PÁTRIA NOVA

Pequena mas atuante organização extremista, ganhou notoriedade em maio de 1981 quando foi responsabilizado por atentados a bomba contra bancas de jornal em Belém.¹² Tinha um viés moralista, exigia dos donos das bancas a retirada das prateleiras das revistas masculinas, como a Playboy.

Havia, ainda, variações do mesmo tema, ou seja, uma difusão de siglas para confundir e despistar – e também aparentar certa magnitude do “movimento”, que, na verdade, era restrito aos torturadores “desativados”, “desempregados” por consequência

¹² *Aventura, Corrupção e Terrorismo – coronel Dickson Melges Grael – Ed. Vozes – Petrópolis – 1986.*

do desmantelamento dos órgãos de repressão. Os que, no governo Médici (1969/10974), recebiam soldo (salário) para torturar e matar, passaram a articular essas organizações criminosas. Assim o eram a AAB, GAC, Mão Democrática, VCC etc.

Chiquinho

A CARTEIRA

... que pareça e por mais trabalho que dê
... passado, a carteira profissional é um do-
... indispensável à proteção do trabalhador.
... de qualificação civil e de habilitação
... l, a carteira representa também título ori-
... a colocação, para a inscrição sindical e,
... nstrumento prático do contrato individual
... pelos lançamentos que recebe, confi-
... ria de uma vida. Quem a examinar, logo
... tador é um temperamento aquietado ou
... ma a profissão escolhida ou ainda não
... própria vocação; se andou de fábrica em
... uma abelha, ou permaneceu no mesmo
... to, subindo a escala profissional. Pode
... de honra. Pode ser uma advertência.

(a) Alexandre Marcondes Filho

DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Série 2729



Polegar Direito



Número 085039

Alexandre Marcondes Filho
ASSINATURA DO PORTADOR

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA ESPEC. DE ORDEM SOCIAL

... com a foto de FRANCISCO EMANO
... "Wagner Palácio da Souza",

... Nº 023/72- SNI, consta
... (Movimento de N...
... em Ooba, Curso de
... nº 12/73-DISESP, consta que
... MANDADO DE PRISÃO contra o nom
... de Gazeta de Povo, consta que a
... de segurança de São Paulo, junta
... Arnaldo Guedes da Rocha e Francisca
... antencentes à A.L.N. v/p recorte de jornal.

- No inquérito que apurou as atividades da
... e MOLIPO, o nome do fichado figura as fóli
... 266, 335 e 384, como indiciado. V/p A.L.
... MOLIPO. - DOPB/SP. -

Cent. Jornal de Brasil de 23/03/78 o fichado
... 15/03/78. (V/P-Pia Nacional de P

Na pacata Fernando Prestes, pequena cidade do interior de São Paulo, vizinha de Taquaritinga (330 km ao norte de São Paulo), vivia Olympio Pereira Pinto, a esposa Amália Stucki e os filhos Ramiro, Melânia (conhecida como Cota ou Cotinha), Atalarico e Nair. Olympio era dono do único posto de gasolina do local, de cuja renda tirava a manutenção da família – organizado que era, propiciava uma boa condição de vida, típica de classe-média, sem luxo ou ostentação.

Em meados dos anos 1940, os filhos homens se casaram e foram construir suas vidas. Continuaram sob o mesmo teto o casal Olympio e Amália e as filhas Cotinha e Nair. Na década seguinte, a caçula Nair conhece Francisco Santa Cruz Negreiros Penteado, descendente de uma abastada família de Rio Claro/SP, Fiscal de Previdência do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (IPCA) – se apaixonam e começam a namorar. O romance resultou numa gravidez não planejada e o jovem Francisco leva a namorada, grávida de poucos meses, para sua cidade natal. No entanto, Nair fica em São Carlos por curto período, retornando à Taquaritinga antes de dar à luz a Chiquinho.

Seo Olympio havia se mudado para Taquaritinga, se instalando, com a família, em uma casa própria, na rua General Osório, n.o 531, no centro da cidade, onde permaneceu por toda vida (o imóvel pertence à família até hoje). Imediatamente acolhe a filha Nair.

Às 14h de uma segunda-feira, dia 29 de dezembro de 1952, na maternidade Dona Zilda Salvagni, em Taquaritinga, nasce Francisco Emanuel Penteado. Logo depois, mãe e filho passam a residir com Ramiro (irmão de Nair), casado com Ângela Frare, e com os filhos destes, Wilson Jonas Pereira Pinto e Maria José Pereira Pinto, em Cândido Rodrigues, cidadezinha situada entre Taquaritinga e Fernando Prestes, onde permanecem por alguns meses. Nair e o bebê voltam à Taquaritinga e se alojam, de novo, na casa da rua General Osório, com Olympio, Amália e Cotinha. Chiquinho torna-se o “xodó” dos avós e, principalmente, da tia Cota, que passa a nutrir pelo sobrinho um amor maternal. Esperto e vivaz, dono de uma beleza que chamava a atenção de todos, o menino cresceu sob os melhores cuidados, alegre e saudável.

Com cerca de dez, anos, a vida de Chiquinho dá uma reviravolta, sua mãe casa-se com Sr. Palomino, com quem tem dois filhos, Carlos e Adílson (o Tuca), e se estabelecem em Taquaritinga. Chiquinho, porém, fica morando com os avós e a tia Cota, que assume, definitivamente, a missão de “criar” o querido sobrinho.

Anos mais tarde, a mãe se separa e retorna à casa dos pais, trazendo a tiracolo os filhos pequenos. O ex-marido muda-se para Araraquara. Assim, ficam morando juntos seo Olympio, dona Amália, tia Cotinha, Chiquinho, a mãe e os dois meio-irmãos, Carlos e Adílson. Mais tarde, Carlos vai morar com o pai em Araraquara.

Francisco, pai de Chiquinho, se estabelece na cidade de Ibitinga (distante cerca de 70 km de Taquaritinga, em direção a oeste do Estado) e, aos poucos, se reaproxima da antiga namorada até que acabam por reatar a relação. Francisco se transfere para Jaboticabal (limitrofe de Taquaritinga, a 26 km), se afeiçoa de Adílson e passa a tratá-lo como “filho”; do mesmo modo, demonstra, cada vez mais, grande amor e afeto por Chiquinho. Mesmo sem se casar com Nair, reconhece legalmente o filho legítimo e dá ao garoto seu sobrenome. Na Certidão de Nascimento de Chiquinho, datada de 23 de julho de 1960, consta “filho de Francisco Santa Cruz Negreiros Penteado e Nair Pereira Pinto, sendo avós paternos Nestor Penteado e Maria de Lourdes Negreiros Penteado e avós maternos Olympio Pereira Pinto e Amália Stucki”.¹

Chiquinho inicia seus estudos em fevereiro de 1960 (sua “matricula primitiva” data de 1959) no Grupo Escolar Professor Amando de Castro Lima, em Taquaritinga, e dá os primeiros sinais de possuir uma inteligência ímpar: aprovado no primeiro ano com nota 9,6; no segundo com 9,0; e conclui o quarto e último ano do primário com nota 8,0.²

Em dezembro de 1963, presta Exame de Admissão no Colégio Comercial Dr. Aimone Salerno de Taquaritinga para ingressar na primeira série do Curso Comercial Básico, obtendo nota 7,0 em História do Brasil; 8,0 em Português; 8,0 em Geografia e 10 em Matemática, aprovado com média geral de 8,2.³

Em 1964, ingressa no ginásio (1.o ciclo) do tradicional Instituto de Educação 9 de Julho de Taquaritinga. Confirma ser bom aluno, de comportamento sereno, interessado em praticamente todas as matérias, de Ciências à Matemática. Destaca-se em História, Geografia, Artes e Desenho. Coursou os dois primeiros anos no período vespertino e os dois últimos de manhã.

¹ Cartório do Registro Civil, 20.o Subdistrito (Jardim América), São Paulo/SP, livro de nascimentos n.o 54, fls. 481, sob n.o 49080.

² Arquivo da Escola Professor Amando de Castro Lima de Taquaritinga/SP. Não constam as notas dos alunos no terceiro ano letivo, de 1962.

³ Arquivo da Escola Estadual 9 de Julho de Taquaritinga/SP.

Conclui o ginásio em 1967, no ano seguinte, matricula-se no Curso Científico (2º ciclo) da mesma instituição. Na primeira série, feita à tarde, encerra com notas 9,0 em Química e Biologia e 8,9 em Ciências Sociais; na segunda série, pela manhã, mantém o ótimo desempenho em Química (nota 9,1) e se dá bem em Inglês (8,4); na terceira e última série, volta ao período vespertino, tira 10 em Biologia, 8,7 em Química e 8,2 em Português, Matemática e Física.⁴

Assimila grande conhecimento em Literatura, tornando-se um leitor contumaz – o hábito da leitura o acompanharia até sua morte. Em julho de 1969, chegou a pedir transferência para o Ginásio Otoniel Mota, de Ribeirão Preto, mas não formalizou a mudança, continuando seus estudos no 9 de Julho em Taquaritinga.⁵

Seu primo Wilson Jonas Pereira Pinto, seis anos mais velho, conviveu com ele desde que o viu chegar a sua casa, nos primeiros meses de vida, no colo da mãe, a tia Nair. “Chiquinho era uma criança linda, esperta, cheia de vida. Tornou-se um rapaz muito bonito, elegante, de grandes olhos azuis, educadíssimo, de fino trato, com conhecimento em todas as áreas. Gostava principalmente de Literatura e conversava com desenvoltura sobre qualquer assunto, enfim, uma companhia agradabilíssima”.

Atesta o sincero amor que por ele nutria a tia Cotinha, que o tratava como “verdadeiro filho”, e faz questão de frisar que a recíproca é verdadeira: “Chiquinho tinha profundo amor e respeito pela tia Cota, tinha orgulho dela e a considerava como mãe”.

Recorda que seus avós possuíam uma pequena propriedade rural nos arredores de Taquaritinga, onde Chiquinho e seus colegas (lembra-se com exatidão de Márcia Amaral e José Mauro Gagliardi) frequentavam com assiduidade para estudar, ler, discutir poesia, literatura e política, e “passear pela mata”, pois havia um “extenso e agradável campo de eucaliptos”. Era a segunda metade dos anos 1960, isto é, o golpe de Estado já havia sido deflagrado.

Na época, a família nem desconfiava, anos mais tarde, se soube que uma das “atividades” do grupo no sítio era “treinar tiro ao alvo”, prenúncio da opção pela luta armada. Os três, Chiquinho, Márcia e Zé Mauro, se tornariam parceiros na resistência, integrantes da ALN.⁶

⁴ *Idem.*

⁵ *Idem.*

⁶ *Ver capítulo “ALN”.*

Wilson Jonas lembra que Chiquinho se mudou para São Paulo no início dos anos 1970, dizendo que iria se matricular no *Instituto Mackenzie*. Contudo, segundo Nelson Callegari, Secretário Geral da instituição, não consta nenhuma matrícula de Chiquinho, nem no Ensino Médio nem no Superior.

Assim, não procede a informação publicada em livros e documentos históricos⁷ que Chiquinho era “estudante secundarista” quando foi assassinado, haja vista que concluíra o segundo grau anos antes, no *Instituto 9 de Julho*, em Taquaritinga. Possivelmente, utilizou o argumento da matrícula como subterfúgio para justificar a ida para a Metrópole – a opção pela luta armada estava consolidada.

Não demorou para que casa de Taquaritinga passasse a ser alvo de constantes “visitas” da polícia, inclusive com revistas em busca de armas e documentos que pudessem comprometê-lo. Nesse ínterim, surgiram “boatos” de que o primo seria “terrorista”, que estaria “envolvido em ações armadas, assaltos a bancos e atentados”.

Wilson esclarece que nenhum familiar sabia realmente o que se passava em São Paulo. Em 1972, Chiquinho teve sua prisão decretada e passou, definitivamente, para a clandestinidade. Desde então, rompeu completamente o contato com a família; seu pai, que havia retornado à Jaboticabal, passa a procurá-lo desesperadamente, viajando para a Capital com frequência, sem sucesso, o que causava imensa agonia em seus amigos e familiares.

Com os olhos marejados, Wilson recorda do momento em que soube da trágica morte do primo. Comemorava o primeiro aniversário de seu primogênito, Rogério, quando o *Jornal Nacional* noticia que “três terroristas” haviam sido mortos pela polícia em São Paulo, entre eles, Francisco Emanuel Penteado. Atônito, se recusou a acreditar, porém a foto estampada na tela não deixara dúvida: Chiquinho estava morto.

Imediatamente, telefona para a tia Nair e, desconcertado, pergunta se ela havia assistido ao telejornal da Rede Globo. Dona Nair diz que não e, sem coragem de contar o ocorrido, desconversa, desliga o telefone e passa a procurar pelo pai de Chiquinho. Quando consegue contato, ele já sabia, também assistira ao *Jornal Nacional*.

⁷ *Dos Filhos deste Solo – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999 (pág. 97).*

O desespero se instaura no seio da família, a tragédia causa uma dor insuportável. Wilson segue para Jaboticabal para se encontrar com os tios e, na mesma hora, rumam a São Paulo, a bordo de um “Fusca azul”. Chegam de madrugada e vão direto para a casa de Benedito Nestor Penteado, irmão do pai de Chiquinho, que era promotor de Justiça.

Wilson e Benedito se dirigem ao Instituto Médico Legal (IML) para reconhecer o corpo: o jovem taquaritinguense estava lá, estendido na fria mesa, coberto com um lençol até a altura do tórax – os agentes não permitiram que se mostrasse a região abdominal, que estaria estraçalhada pela rajada de metralhadora que o teria vitimado.

Os militares informaram que não seria permitida a realização de velório nem de nenhuma cerimônia fúnebre. De manhã, os dois levaram o laudo necroscópico ao Cartório do 20.o Subdistrito do Jardim América, que lavrou a Certidão de Óbito. O corpo seguiu, em um caixão lacrado, “escoltado” por viaturas policiais, direto para o Cemitério Getsêmani, no Morumbi, onde os policiais permitiram que o féretro fosse aberto por poucos minutos para que a mãe se despedisse – e nada mais. Chiquinho foi sepultado no Jazigo 45, Quadra 2, Zona 4.a-A.⁸ Wilson volta de ônibus para Taquaritinga com a difícil missão de consolar a tia Cotinha, enquanto os pais de Chiquinho permanecem em São Paulo por mais alguns dias.

Wilson conta que, anos depois, a casa da rua General Osório passou por uma reforma e, com surpresa, ao removerem um antigo galinheiro no fundo do quintal, foi encontrado um “compartimento” escondido, um buraco, supostamente usado para guardar armas e munições. Explica que nem ele nem nenhum familiar próximo de Chiquinho tinham atuações políticas ou vínculos partidários, ninguém era engajado e ou ostentava algum viés ideológico. Apenas trabalhavam, buscavam sobreviver àqueles tenebrosos tempos de violência e repressão, tentavam manter, na medida do possível, uma rotina normal.

Porém, de modo algum, condenaram a opção de Chiquinho, ao contrário, demonstravam orgulho pela coragem do rapaz. “Chiquinho era de um caráter extraordinário, tinha plena convicção do que buscava, era um idealista”, resume Wilson.

⁸ Os restos mortais de Chiquinho foram trasladados para o Cemitério de Taquaritinga em 29 de outubro de 2005 e repousam no Jazigo da Família Olympio Pereira Pinto, na Quadra 05, Rua 01.

A morte de Chiquinho foi devastadora para a família. Tia Cotinha nunca se recuperou da perda de seu protegido, não raro a encontravam chorando e lamentando, a rever fotografias antigas, cujos álbuns guardava com todo zelo. O pai, por vezes, externava sua revolta em rompantes etílicos, e o coração da mãe sangrava em silêncio.

A mãe de Chiquinho veio a falecer em 22 de outubro de 1980 e seu pai morreu em um acidente automobilístico próximo à cidade de São José do Rio Preto/SP. Tia Cotinha passou a morar no Lar São Vicente de Paulo, um aconchegante asilo para idosos mantido pela Sociedade filantrópica que leva o nome do santo, em Taquaritinga, onde ficou até sua morte.

Vale dizer que tia Cota recebia visitas de amigos e familiares, principalmente do sobrinho Adílson. Chegou a ser procurada por jornalistas e interessados na história do sobrinho, aos quais atendia com paciência, sem esconder o orgulho de ter contribuído na criação e na educação desse verdadeiro “herói” de nossa cidade.

O tempo fez com que Wilson Jonas, aos poucos, fosse perdendo contato com os parentes próximos de Chiquinho, inclusive com Benedito Penteadó. Todavia, não há tempo que o fará esquecer-se do primo, as lembranças são fortes demais, os vínculos estabelecidos são sólidos e a saudade eterna: “Fecho os olhos e posso ver aquela criança cheia de esplendor correndo pela casa”, conclui.

Washington Patrini foi contemporâneo de Chiquinho, estudaram juntos no ginásio na escola 9 de Julho. Não contém a emoção ao falar do amigo: “Vivemos uma adolescência prazerosa e saudável, nosso dia-a-dia era pura alegria, como era o cotidiano da maioria dos jovens e crianças das cidades interioranas”.

Confirma que Chiquinho tinha uma beleza incomum, seus olhos azuis a completar os formosos traços faciais, que, aliados ao seu jeito terno e educado, o faziam irresistível ao “público feminino”. Conta que, na sala de aula, ocupava a carteira imediatamente à frente do colega; em várias ocasiões, compartilhavam as “colas” nas provas bimestrais, uma ajuda mútua nas matérias em que um e outro se sobressaíam. Diz que ele era, sim, muito inteligente, mas longe de ser um “caxias”, um “cdf” (ou, como se diz hoje em dia, um “nerd”), preferia brincar e jogar bola a passar horas estudando: “Chiquinho gostava de esportes em geral e jogava futebol muito bem”. Recorda que participavam de “peladas” por diversos campinhos espalhados pela cidade: “Havia um pequeno campo de futebol, de terra, que ficava ao lado da então cadeia pública, onde,

mais tarde, foi erguido o prédio do Fórum de Taquaritinga. Toda vez que a bola caía nas dependências da cadeia, era um tormento”.

Nesse convívio, Washington presenciou o “amor de mãe” que a tia Cota tinha por ele: “A tia Cotinha era uma doçura, aquela tia que toda criança gostaria de ter, atenciosa, gentil. E sem pegar no pé, o que era mais importante”. O sutil sorriso, o olhar etéreo e a pausa que se seguia a cada frase a confirmar quão querido era Chiquinho.

Nos anos 1950 e 1960, Taquaritinga se restringia ao que hoje é o centro da cidade, não havia bairros afastados ou subúrbios, a comunidade era provinciana, todos conheciam todos. Ambos eram de famílias simples, viviam uma realidade semelhante, frequentavam as casas uns dos outros. O mesmo sentimento estampado em Washington Patrini é encontrado em muitos de seus amigos, amigas (e paqueras), parentes e conhecidos. Entre os pais dos amigos, Chiquinho é quase uma unanimidade.

Dona Pierina Balan, mãe de José Mauro Gagliardi (parceiro de Chiquinho, ao qual iremos nos referir mais adiante), não poupa elogios: “Era um menino lindo, os olhos pareciam brilhar, inteligente e muito educado”, relembra, para, em seguida, sentenciar: “Foi uma maldade o que fizeram com ele”. Dona Pierina diz com propriedade, pois sentiu na pele a dor, seu filho Zé Mauro, um sobrevivente, amargurou onze meses de prisão, quando enfrentou as piores agruras.

Com todas as pessoas que conversei, não há quem não tenha uma lembrança positiva, a imagem que ele deixou é de cordialidade, inteligência, beleza e simpatia.

O advogado Luiz Eduardo de Almeida Curti, alguns anos mais velho que Chiquinho, é considerado um “ícone da esquerda” em Taquaritinga por sua história na defesa da democracia, primeiro no movimento estudantil e depois na política, uns dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e primeiro presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP). Em 1970, no auge da repressão, foi presidente do Diretório Acadêmico 11 de Agosto da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP e acompanhava pari passo todos os movimentos dos garotos e garotas taquaritingueses que se engajaram na luta contra a ditadura. Era amigo fraterno de Zé Mauro Gagliardi, principal parceiro de Chiquinho.

Curti confirma os atributos físicos de Chiquinho (“fazia grande sucesso com as meninas”) e também seu jeito terno e cordial. Mais que a beleza e a tenacidade, enaltece a disposição e, sobretudo, a disciplina do militante: “O grupo formado por Chiquinho e por aqueles jovens era bem organizado. Eles mantinham códigos secretos para se comunicarem, tinham plena consciência dos riscos que corriam e nunca se intimidaram. Era uma rapaziada muito corajosa”.

Apesar de discordar da luta armada, nutria profundo respeito pelos que seguiram esse caminho. “Era compreensível a revolta dos mais jovens, a brutalidade do regime exigia um posicionamento de resistência e a luta armada era uma opção a ser considerada, ainda que radical”. Relembra que Taquaritinga foi prócer em gerar ativistas que se revelaram destemidos combatentes pela liberdade, tantos foram para a linha de frente e dezenas de simpatizantes davam-lhes apoio, atuando, silenciosamente, na “retaguarda”.

Segundo Curti, Chiquinho e seus pares tinham a pretensão de ajudar a construir “uma resistência de porte considerável”. Diz que “treinavam tiro ao alvo e técnicas de sobrevivência na mata, utilizando a zona rural e a Serra do Jaboticabal como campo de operações”. A estratégia adotada era dissipar o movimento em “pequenos agrupamentos”, de não mais de quatro ou cinco membros: “Caso alguém “caísse”, mesmo que sucumbisse às torturas, não tinha muito a revelar, o que servia de proteção à luta como um todo”.

Explica um método utilizado por eles para os encontros: “Marcava-se um local exato e um horário preciso, com poucos minutos de tolerância. Se não encontrasse o companheiro, devia se dirigir ao ponto alternativo, igualmente num horário previamente estipulado. Caso o parceiro não estivesse presente, era hora de fugir, pois algo muito ruim teria acontecido”.

Revela que havia “núcleos revolucionários” também na pequena Jurupema, distrito de Taquaritinga, um vilarejo que, na época, não tinha mais de 500 habitantes, encravado numa bucólica paisagem aos pés da mencionada Serra do Jaboticabal, a qual, antes da chegada dos canaviais, era totalmente tomada por espessa e inóspita vegetação de Mata Atlântica, abrigo de inúmeros espécimes de aves, tamanduás, macacos, raposas, tatus, cobras, capivaras e até de pequenos cervos. Ainda hoje se vê nas encostas dos morros os resquícios da bela floresta.

Lamenta a morte de Chiquinho não só pelos laços de amizade, mas principalmente pela perda de uma personalidade que muito teria a contribuir para a construção de um país melhor: “Chiquinho certamente se revelaria um grande quadro político, sua inteligência o faria um precioso intelectual e sua determinação o levaria a ser um homem de ação”. E conclui: “É um retrato do mal que os anos de chumbo fizeram ao Brasil”.

Em 1990, o irmão de Luiz Eduardo Curti, Antônio Fernando de Almeida Curti (o Ico), juntamente com José Maurício Scardelli, então vereadores de Taquaritinga, foram os autores da proposta de homenagem que resultou que uma avenida da cidade fosse denominada de FRANCISCO EMANUEL PENTEADO.⁹

⁹ Ver capítulo “A Homenagem”.

Em dezembro de 1995, o governo do presidente da Fernando Henrique Cardoso enviou projeto ao Congresso Nacional com intuito de esclarecer os fatos do passado repressivo, res-tabelecer a verdade, adequar a documentação para fazer consta a real causa da morte na Certidão de Óbito, indenizar, em dinheiro, a família dos atingidos e buscar a localização dos restos mortais dos desaparecidos para serem sepultados com dignidade.

Foi instituída a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos da Esplanada dos Ministérios, através da Lei 9.140/95¹, presidida pelo jurista Miguel Reali Jr. e coordenada pelo deputado Gilney Viana, composta por representantes de órgãos governamentais, das Forças Armadas, do Ministério Público Federal, dos familiares dos mortos e desaparecidos e da Câmara dos Deputados. Em agosto de 2002 foi editada a Lei nº 10.536, que alterou a lei anterior para estender os prazos de novos pedidos de processos.

Em 2004, no governo Lula, outra mudança, com a edição da Medida Provisória nº 176/2004, transformada na Lei nº 10.875/04, que passou a abranger os casos de mortes em consequência da “repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público”, como também das pessoas que cometeram suicídio “na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público”.

Cabe à família de quem foi morto ou está desaparecido – ou ao sobrevivente que sofrera perseguição – provocar a Comissão, através de um advogado, que, por sua, deve pedir a instauração do procedimento investigativo, apresentar provas documentais (laudos, recortes de jornais etc.) e/ou testemunhais. Os casos passariam a ser analisados um a um e os julgados procedentes dariam direito à indenização pecuniária (no mínimo de R\$ 100 mil, sendo a maior de R\$152.250,00, paga à família de Nilda Carvalho Cunha, morta aos 17 anos), além da revisão dos documentos.

A Comissão reconheceu automaticamente 136 casos de desaparecidos políticos constantes do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos (organizado por entidades de familiares e por militantes dos direitos humanos) e julgou outros 339 casos, garantindo a indenização de 221 (além dos 136 mencionados).²

Em meados de 1995, Carlos Roberto Palomino e Adilson Luiz Palomino, irmãos de Chiquinho, contrataram o advogado Dr.

¹ *Diário Oficial da União de 05/12/1995.*

² *Movimento Nacional dos Direitos Humanos - <http://www.mndh.org.br>*

Sérgio Pássari, profissional com escritório em Taquaritinga, que ingressou com a ação. O processo teve como relator Luís Francisco da Silva Carvalho Filho e abrangeu também os casos de Arnaldo Cardoso Rocha e Francisco Seiko Okama, os dois que morreram junto com Chiquinho.

Juntou-se aos autos cópias do jornal Gazeta do Povo; documentos do DOI-Codi, do ministério do Exército e de outros órgãos da repressão (que comprovaram que Chiquinho tinha sido perseguido e fichado); comprovante do mandado de prisão emitido pela Justiça Militar em outubro de 1972; laudo do IML (que estampava a letra “T”, maiúscula, a indicar que se tratava de um “terrorista”) e foram colhidas outras provas.

O relatório foi encaminhado à Comissão em 02 de julho de 1995 e, ao final, o veredicto pugnou pela procedência do pedido, sentenciando que Chiquinho e seus colegas foram vítimas da violência estatal. O parecer do relator foi aprovado por 6 x 1; o general Osvaldo Gomes votou contra.³

Os familiares de Chiquinho receberam R\$ 137.230,00 e seus documentos foram corrigidos para constar a real circunstância da morte e a responsabilidade do Estado.

Em 2010, o ministro chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República⁴, Paulo de Tarso Vannuchi, disse que “A Comissão Especial manteve uma coerente linha de continuidade atravessando, até o momento, quatro mandatos presidenciais” – durante o governo do presidente Lula, a lei foi ampliada em sua abrangência e praticamente se concluiu o exame de todos os casos apresentados.

Uma Justiça tardia, porém, importantíssima para a história do Brasil!

³ Dossiê - Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil – Eremias Delizoicov – 2002.

⁴ <http://www.direitoshumanos.gov.br>

LIVROS:

Dos Filhos deste Solo – Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio – Editora Boitempo / Fundação Perseu Abramo – São Paulo – 1999.

Aventura, Corrupção e Terrorismo – coronel Dickson Melges Graef – Editora Vozes – Petrópolis/RJ – 1986.

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 – CEPE – Companhia Editora de Pernambuco / Governo do Estado de Pernambuco – 1995.

Cala a boca, jornalista – Fernando Jorge – Editora Vozes – São Paulo – 1990.

Projeto Brasil: Nunca Mais – Editora Vozes – Petrópolis/RJ – 1988.

O Século XX – O tempo das dúvidas – Vol. 3 – Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Lenha (org.) – Editora Civilização Brasileira – Rio de Janeiro – 2000.

Brasil de Castelo a Tancredo – Thomas Skidmore – Editora Paz e Terra – Rio de Janeiro – 1988.

Testemunho – Darcy Ribeiro – Edições Siciliano – São Paulo – 1991.

Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? – Janaína Teles (org.) – Editora Humanitas / USP – São Paulo – 2000.

O calvário de Sônia Angel – João Luiz de Moraes e Aziz Ahmed – Gráfica Mec Editora – Rio de Janeiro – 1994.

Um grito de coragem – Renato Martinelli – Editora Com-Arte – São Paulo – 2006.

Os carbonários – Alfredo Sirkis – Editora BestBolso – Rio de Janeiro – 2008

Viagem à luta armada – Carlos Eugênio Paz – Editora Civilização Brasileira – Rio de Janeiro – 1996.

Sociedade Brasileira: uma história dos movimentos sociais – Rubim Santos Leão de Aquino [et. al.] – Editora Record – Rio de Janeiro – 2000.

Luta, substantivo feminino - Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura – Tatiana Merlino e Igor Ojeda (orgs.) – Editora Caros Amigos – São Paulo – 2010.

O beijo da morte – Carlos Heitor Cony e Anna Lee – Editora Objetiva – Rio de Janeiro – 2003.

Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte – Hélio Pereira Bicudo – Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo – São Paulo – 1976.

Os Grupos dos 11: uma insurreição reprimida – Elenice Sztatkoski – Editora da Universidade de Passo Fundo – Passo Fundo/RS – 2003.

Cartas da prisão – Frei Betto – Editora Civilização Brasileira – Rio de Janeiro – 1977.

Tortura - A história da repressão política no Brasil – Antonio Carlos Fon – Editora Global – São Paulo – 1980.

FALN, a guerrilha em Ribeirão Preto – Marcelo Botosso – Holos Editora – Ribeirão Preto/SP – 2006.

Os senhores da direita – Delcio Monteiro de Lima – Edições Antares – Rio de Janeiro – 1980.

Maria Antônia: a história de uma guerra – Gilberto Amêndola – Editora Letras do Brasil – São Paulo – 2008.

Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985) – Centro de Documentação Eremias Delizoicov – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – 2009.

Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – Encyclopaedia Britannica do Brasil – Edição Especial – Companhia Melhoramentos – São Paulo – 1988.

NA INTERNET:

<http://portal.pps.org.br>

<http://pcb.org.br>

<http://www.vermelho.org.br>

<http://www.pcdob.org.br>

http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm

<http://www.psb.org.br>

<http://www.pfdb.org.br>

<http://www.pdt.org.br>

<http://wwws.br.warnerbros.com/zuzuangel>

<http://lutaarmadabrasil.blogspot.com>

<http://www.averdadesufocada.com>

<http://www.alerj.rj.org.br>

<http://www.oab.org.br>

<http://www.une.org.br>

<http://www.ueesp.org.br>

<http://www.direitoshumanos.gov.br>

<http://www.mndh.org.br>

<http://www.pt.org.br>

REVISTAS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Caros Amigos – Editora Casa Amarela – São Paulo (Revista).

Carta Capital – Editora Confiança – São Paulo (Revista).

Brasileiros – Brasileiros Editora Ltda. – São Paulo (Revista).

Nosso Jornal – Taquaritinga/SP (Jornal).

Folha de S.Paulo – São Paulo (Jornal).

O Estado de São Paulo – São Paulo (Jornal).

PCB – Uma História de Luta – Fundação Dinarco Reis (Agenda - 2009).

ARQUIVOS:

Escola Estadual 9 de Julho – Taquaritinga/SP.

Escola Estadual Professor Amando de Castro Lima

Câmara Municipal de Taquaritinga/SP.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga/SP.

DICIONÁRIOS:

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – 2.a Edição – Aurélio Buarque de Holanda Ferreira – Editora Nova Fronteira – Rio de Janeiro – 1986.

Míni Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa – 3.a Edição – Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar – Editora Objetiva – Rio de Janeiro – 2009.



Está obra foi realizada com recursos
da lei Aldir Blanc.



Luís José Bassoli nasceu em 30 de março de 1970, em Taquaritinga/SP. Técnico em Contabilidade pelo Colégio Dr. Aimone Salerno, bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, formado pela Escola de Governo da Associação Brasileira de Formação de Governantes de São Paulo; pós-graduado em Didática para o Ensino Superior pela Unip; cursou pós-graduação em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESP/SP. Advogado e professor de Geopolítica no Colégio Objetivo, ministrou aulas de Comércio Internacional na Faculdade de Tecnologia de Taquaritinga – FATEC; fundador e primeiro presidente da Comissão de Direitos Humanos da 75.a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, vice-presidente da Subseção por dois mandatos; foi presidente da Câmara Municipal de Taquaritinga (2015/2016)

Tem artigos publicados nos jornais de Taquaritinga, em sites e blogs diversos.

